

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS
SOCIAIS

MARESSA AIRES DE PROENÇA

**CONSELHOS GESTORES E EMPODERAMENTO POLÍTICO FEMININO: UMA ANÁLISE DA
TRAJETÓRIA POLÍTICA DE PARLAMENTARES BRASILEIRAS DE 1987 A 2016.**

Maringá

2017

MARESSA AIRES DE PROENÇA

**CONSELHOS GESTORES E EMPODERAMENTO POLÍTICO FEMININO: UMA ANÁLISE DA
TRAJETÓRIA POLÍTICA DE PARLAMENTARES BRASILEIRAS DE 1987 A 2016.**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Sociedade e Políticas Públicas,
Linha Instituições e processos políticos.

Orientador: Profa. Dra. Carla Cecília Rodrigues Almeida

Maringá

2017

**CONSELHOS GESTORES E EMPODERAMENTO POLÍTICO FEMININO: UMA ANÁLISE DA
TRAJETÓRIA POLÍTICA DE PARLAMENTARES BRASILEIRAS DE 1987 À 2016.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas do Departamento de Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais pela Comissão Julgadora composta pelos/ membros:

COMISSÃO JULGADORA

Prof.^a Dr.^a Carla Cecília Rodrigues Almeida
Universidade Estadual de Maringá – UEM (Presidente)

Prof.^a Dr.^a Celene Tonella
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Prof. Dr. Rodrigo Rossi Horochovski
Universidade Federal do Paraná – UFPR

Aprovada em: 29/05/2017

Local de defesa: Universidade Estadual de Maringá

Dedicatória
À todas mulheres.

GRATIDÃO

Sou grata ao Universo por ter me guiado até aqui, sou grata a energia que vive em mim por me direcionar e co-criar as condições necessárias para passar por mim aquilo que pulsa com verdade e harmonia.

Sou grata a minha família, meus guardiões, escolhidos para facilitar minha vida nesse plano.

À minha irmã Andressa, minha mãe e meu pai, por sustentarem meus passos.

Sou grata, com especial gratidão e reconhecimento a minha orientadora Carla Almeida. Com ela cursei minha primeira disciplina no programa de pós-graduação, ainda como aluna especial, e a partir de suas aulas acordei para a luta que hoje me apaixonou. Agradeço pela paciência, pelos ensinamentos, pelo incentivo, pela dedicação e, sobretudo, pela forma tão carinhosa com que sempre me tratou.

Sou grata à minha psicanalista Mônica Blattner Camerini que, por ser um presente do Divino, esteve ao meu lado trazendo à luz o melhor de mim.

Sou grata as minhas amigas, que me formam e re-formam com amor e calentura: ao Thiago Alexandre que tem sido meu companheiro por muitas vidas, à Jéssica Bachesk, a leveza da minha vida, à Roseane Pracz, à Irene Romano, ao Leandro Alves, à Thais Durães, à Yara Carobrez, à Jhady Linhares, à Carolina Spolador, ao Arthur Silveira, ao Eduardo Gomes-Coelho, ao Vitor Chimentão, ao Pedro Abrão e a todos que vibram na mesma sintonia que eu. Somos um.

“Cada vez que una mujer da un paso, todas avanzamos”.

Teresa Fernández de la Vega

CONSELHOS GESTORES E EMPODERAMENTO POLÍTICO FEMININO: UMA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA POLÍTICA DAS PARLAMENTARES BRASILEIRAS DE 1987 À 2016.

RESUMO

Com a preocupação de estabelecer reflexões críticas sobre a questão da mulher enquanto agente político, a presente pesquisa tem por objetivo situar a importância da participação em conselhos gestores de políticas públicas enquanto um mecanismo de empoderamento político relevante à compreensão das possibilidades e limites na promoção da participação feminina na política. Assim, a pesquisa se organiza em torno do levantamento dos padrões e das variações encontradas na trajetória política das deputadas federais eleitas nas oito últimas legislaturas, que são elas: 48ª Legislatura, (1987-1991); 49ª Legislatura (1991-1995); 50ª Legislatura (1995-1999); 51ª Legislatura (1999-2003); 52ª Legislatura (2003 – 2007); 53ª Legislatura (2007 – 2011); 54ª Legislatura (2011 – 2015) e 55ª Legislatura (2015 – 2019), tal recorte histórico se deu com vistas de analisar o período entre a Assembleia Nacional Constituinte de 1987, que teve por finalidade elaborar uma Constituição democrática para o Brasil, após 21 anos sob o regime militar, na qual os Conselhos Gestores foram inaugurados, até a atualidade, onde observamos um crescente aumento da participação nesses espaços de representação democrática. Aqui propomos uma análise comparativa dos dados dessas parlamentares em relação ao ano de participação no Conselho Gestor e o ano de sua eleição, as temáticas desenvolvidas ao longo da sua legislatura e as temáticas sobraçadas durante sua participação nos Conselhos Gestores e, ainda, seu partido de origem, o número de vezes em que foi reeleita e perfil pessoal (idade, profissão, estado civil). Assim, buscamos analisar as implicações e os impactos da participação em conselhos gestores na trajetória política daquelas que alcançaram o canal numérico do poder.

Palavras-Chave: Instituições participativas. Mulheres. Empoderamento. Trajetória Política. Parlamentares.

ADMINISTRATIVE MANAGEMENT COUNCIL AND EMPOWERMENT POLITICIAN WOMEN: AN ANALYSIS OF TRAJECTORY POLITICS OF BRAZILIAN WOMEN PARLIAMENTARIANS FROM 1987 TO 2016

ABSTRACT

Anxious to establish critical reflections on the issue of women as a political agent, this research aims to situate the importance of participation in e Public Policy Administrative Councils as a political empowerment mechanism relevant to understanding the possibilities and limitations in promoting participation women in politics. Thus, the research is organized around the raising of standards and variations found in the political trajectory of elected parliamentarians in the last eight legislatures that they are: 48th Legislature (1987-1991); 49th Legislature (1991-1995); 50th Legislature (1995-1999); 51st Legislature (1999-2003); 52nd Legislature (2003-2007); 53rd Legislature (2007-2011); 54th Legislature (2011-2015) and 55th Legislature (2015-2019), this historical period was given in order to examine the period between the National Constituent Assembly of 1987, which aimed to draw up a democratic constitution for Brazil after 21 years under the military regime, in which the Public Policy Administrative Councils were inaugurated, to the present, where we observe an increasing participation in these spaces of democratic representation. Here we propose a comparative analysis of data from these parliamentarians over the year of participation in the Management Board and the year of his election, the themes developed throughout its term and themes during his participation in Public Policy Administrative Councils and also his party origin, the number of times it has been re-elected and personal profile (age, occupation, marital status). Thus, we analyze the implications and impacts of participation in Public Policy Administrative Councils in the political trajectory of those who, through cooperative channels of power, reached the numerical channel power.

Keywords: *Participatory institutions. Women. Empowerment. Trajectory Policy. Parliamentarians.*

LISTA DE GRÁFICOS

<u>Gráfico 1 - Número de Deputadas Com Participação em Conselhos Gestores</u>	33
<u>Gráfico 3 - Comparativo Espectro Político x Participação em Conselhos Gestores</u>	36
<u>Gráfico 4 - Comparativo de Índice de Reeleição</u>	37
<u>Gráfico 5 - Número de Deputadas com Participação em Conselhos por Região</u>	40
<u>Gráfico 6 - Como você definiria a importância da rede de contatos que você desenvolveu no período em que foi conselheira?</u>	56
<u>Gráfico 7 - Você considera que sua participação nesse conselho ampliou as características descritas abaixo?</u>	57

LISTA DE TABELAS

<u>Tabela 01. Número de Deputadas de acordo com cada Legislatura</u>	32
<u>Tabela 02. Relação Deputada com Participação em Conselhos Gestores x Partido.....</u>	34
<u>Tabela 03. Deputadas com Participação em Conselhos Gestores X Estado.....</u>	39
<u>Tabela 04. Relação de Deputadas x Temática dos Conselhos</u>	61
<u>Tabela 05. Filiação Partidária das Deputadas Analisadas.....</u>	43
<u>Tabela 06. Espectro Político/Posicionamento Político Ideológico das Deputadas Analisadas.....</u>	45
<u>Tabela 07. Deputadas analisadas e representação por região</u>	45
<u>Tabela 08 – Deputadas e Legislaturas</u>	46
<u>Tabela 09 – Deputadas e Reeleição</u>	47
<u>Tabela 10 - Antes da sua eleição, a senhora ocupou algum cargo público que considera relevante? ..</u>	48
<u>Tabela 11 - Pensando sobre sua primeira inserção na política, o que poderia citar como sendo a maior dificuldade que você enfrentou?</u>	50
<u>Tabela 12 - Algum familiar seu exerce/exerceu algum cargo público ou partidário?</u>	52
<u>Tabela 13 - De quais outros grupos (além do partido) você recebeu apoio?.....</u>	52
<u>Tabela 14 - Qual a temática do Conselho Gestor que você participou?.....</u>	53
<u>Tabela 15 - Atualmente, você ainda trabalha com essa temática? Não precisa a coluna das porcentagens</u>	54
<u>Tabela 16 – Ano da participação no conselho x Ano da eleição como Deputada Federal Deputadas ..</u>	55

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1	16
1.1 Mulheres e representação política: o mito da igualdade	16
1.2 Instituições participativas: Conselhos gestores, Representação e Sociedade Civil	19
1.3 Os Conselhos Gestores de Políticas Públicas	20
1.4 A presença feminina nos Conselhos Gestores de políticas públicas	25
1.5 Empoderamento no exercício da participação social nos conselhos gestores	27
CAPÍTULO 2	32
2.1 Trajetória política das parlamentares no pós-constituinte	32
2.2 Dos partidos e do espectro político	34
2.3 Do número de reeleições	36
2.4 Das temáticas trabalhadas durante a participação nos Conselhos Gestores	38
2.5 Região eleitoral e naturalidade	38
CAPÍTULO 3	41
3.1. Quem são as Deputadas brasileiras que participaram de Conselhos Gestores?	41
3.2. Da pesquisa presencial e seus obstáculos	42
3.3 Perfil das deputadas por filiação partidária e espectro político	43
3.4 Perfil das Deputadas por Regionalidade	45
3.5 Deputadas Analisadas e Legislaturas em que foram eleitas	46
3.6 Trajetória Política das Deputadas analisadas anterior à eleição	48
3.7. Proximidade familiar das deputadas com outras pessoas do meio político	51
3.8 Participação em Conselhos Gestores	53
3.9 Caracterização da participação em Conselhos Gestores	55
Considerações Finais	58
ANEXOS	61
Referências Bibliográficas	71

INTRODUÇÃO

O mito de uma cidadania universal continua obscurecendo as reais diferenças da fruição desigual dos direitos. A mulher tem ampliado cada vez mais seu espaço na sociedade, na ciência e enquanto agente transformadora¹, contudo, com fins de garantir sua cidadania, torna-se necessário que atinja também as esferas de atuação do poder, o que lhe possibilitaria o alargamento de seu poder de decisão e administração sob a coisa pública, com isso, aumentar-se-iam, também, as possibilidades de mudança em direção à igualdade entre os gêneros bem como a consolidação de uma sociedade mais justa e democrática. Sem a participação da mulher na política, a ideia de igualdade e luta contra a discriminação ficam prejudicadas (PINTO, 1994; PAOLI, 1995; BLAY, 1999), dessa forma, a inserção de tal demanda na administração pública constitui-se, na ótica feminista, condição básica da sustentação democrática estatal (BLAY, 1999; COSTA, 1997).

No contexto político, o processo torna-se ainda mais labiríntico: o relatório da União Interparlamentar (2008) aponta que há somente 17,2% de mulheres legisladoras no mundo e 19,5% nas Américas, enquanto no caso brasileiro esse percentual é de 8,77%, estando em 146º num ranking de 192 países e em penúltimo na América do Sul. Mesmo sendo 100,5 milhões no país, representando 51,5% da população total do país, com uma fatia de 51,7% do total de eleitores brasileiros (TSE, 2014), a posição do Brasil com relação ao percentual de mulheres no legislativo é diminuta, contabilizamos apenas 51 (9%) deputadas no total de 513, média abaixo do índice mundial e da latino-americana. (PNAD, 2014). A situação das brasileiras no ambiente político é inferior à dos países árabes, onde as condições femininas são ainda mais precárias em termos de direitos civis e sociais. A ausência das mulheres no campo de atuação política corresponde à um silêncio e refere-se à ausência da representação de suas próprias perspectivas dentro do contexto de decisões. Uma vez que a realidade é formada por mulheres sub-representadas nos interesses da vida pública, com tardio envolvimento no poder político e relativo afastamento da coisa pública, observamos a necessidade inadiável de que tais eventos sejam analisados enquanto fenômenos sociais, constituindo-se como uma exigência básica de justiça e democracia.

Neste contexto, encontramos a necessidade de compreender o porquê as mulheres estão ausentes da vida pública e política brasileira e ainda, quais são os prejuízos advindos de uma sociedade

¹ Escolhi, neste texto, questionar o fato da gramática atribuir o masculino como sentido universal das palavras — que se mostra como um reforço desse mesmo elemento na formação sociocultural: o universal como masculino — assim, optei por utilizar o feminino mesmo quando me referindo à grupos e categorias heterogêneas. Trago, desse modo, uma miúda tentativa de incitar a reflexão sobre com que normalidade encaramos o masculino como genérico da humanidade e o quanto tal minudência corrobora com a formação do ideário social de exclusão feminina.

com representação política feminina mínima para a alocação da própria representação feminina no cenário nacional.

Dessa forma, a presente pesquisa tem por objetivo situar a importância da participação nas instituições participativas, aqui estudado restritamente nos conselhos gestores de políticas públicas, enquanto um mecanismo de empoderamento político relevante à compreensão das possibilidades e limites na promoção da participação feminina na política. Para tanto, a pesquisa faz um levantamento dos padrões e das variações encontradas na trajetória política das deputadas eleitas nas oito últimas legislaturas, que são elas: 48º Legislatura, (1987-1991); 49º Legislatura (1991-1995); 50º Legislatura (1995-1999); 51º Legislatura (1999-2003); 52º Legislatura (2003 – 2007); 53º Legislatura (2007 – 2011); 54º Legislatura (2011 – 2015) e 55º Legislatura (2015 – 2019). Tal recorte histórico se deu com vistas de analisar o período contido entre a Assembleia Nacional Constituinte de 1987 – que teve por finalidade elaborar uma Constituição democrática para o Brasil, após 21 anos sob o regime militar, na qual os Conselhos Gestores foram inaugurados – até a atualidade, onde observamos um crescente aumento da participação nesses espaços de representação democrática.

Os objetivos acentuados para este trabalho partiram da hipótese de que a participação em Conselhos Gestores pode instrumentalizar a atuação das mulheres na política institucional, podendo ser compreendido enquanto um canal de empoderamento político. Tal hipótese baseia-se em estudos recentes do tema que demonstraram que existe uma relevante participação das mulheres nesse meio, como mostram os resultados da pesquisa “Gênero e Representação Política nos Conselhos Gestores no Brasil” (ALMEIDA, LÜCHMANN, RIBEIRO, 2012) que, após estudar 140 conselhos gestores, mostrou a forte presença feminina nesses espaços, isso é, em muitos conselhos as mulheres são maioria e destacam-se por uma participação direta, âmbito muito diferente da realidade da Câmara dos Deputados, onde as mulheres são minoria e representam muito pouco do eleitorado brasileiro.

Nesse sentido, compreendemos que os conselhos gestores podem atuar como uma importante ferramenta de aprimoramento das habilidades cívicas das candidatas mulheres. Verba (1995), através da teoria do “voluntarismo cívico”, define habilidades cívicas enquanto um conjunto de habilidades que capacita o indivíduo a atuar mais eficientemente no campo público, ele cita três principais habilidades que se apresentam como indispensáveis para a atuação política, que são elas: oratória, ampliação do vocabulário e capacidade organizatória. Compreendemos que essas três habilidades podem ser amplamente trabalhadas no contexto dos conselhos gestores, uma vez que a participação nesses espaços, muitas vezes, se constitui como o primeiro contato das participantes com o universo da gestão pública, apresentando-lhes temas antes incomuns ao seu cotidiano. Desse modo, a inserção nesse cenário pode encorajar a mulher a desenvolver tais habilidades cívicas, uma vez que a participação nas

reuniões dos conselhos gestores exige tal desenvoltura. A habilidade de oratória é amplamente trabalhada nos contextos de assembleias, reuniões de deliberações, de votações, entre outros, que automaticamente favorece a ampliação do vocabulário político da participante, uma vez que passará a ter contato com novos temas, novas discussões e problemática, incentivando-a a se atualizar quanto aos termos técnicos-políticos utilizados nessas reuniões. Por fim, a capacidade organizadora se mostra presente no contexto dos conselhos gestores através da possibilidade de participação em diversos setores do conselho gestor, como ocupar a presidência ou vice-presidência do conselho, participar de comissões, ser secretária ou tesoureira, entre outros cargos que a participante poderá vivenciar durante sua atuação. Além dessas habilidades, a participação em conselhos pode ampliar a inserção política de mulheres em variadas redes, disponibilizando o apoio político para galgar outros espaços de decisão, podendo assim, ampliar sua participação.

Dessa forma, a pesquisa se organiza em torno de quatro eixos de investigação: (i) implicações e desdobramentos das instituições participativas, representação e sociedade civil; (ii) a presença feminina nos conselhos gestores; (iii) conceitualização do termo empoderamento; (iv) encadeação dos conselhos gestores enquanto um instrumento de empoderamento político; (v) a exposição dos dados das parlamentares eleitas entre 1987 e 2015 e, finalmente (vi) exposição da visão das deputadas sobre sua participação nos conselhos gestores.

O anteâmbulo dessa pesquisa abrangeu uma busca no Banco de Dados disponível no site da Câmara dos Deputados (<http://www2.camara.gov.br/deputados/>) e do banco de dados encontrado na pesquisa de Lüchmann, Almeida e Ribeiro (2012) com fins de catalogar as deputadas de acordo com suas características de atuação. As variáveis analisadas foram as que exploram a identificação do perfil das parlamentares que tiveram participação em conselhos gestores em contraste com aquelas que não participaram, considerando os tópicos: filiação partidária, temática defendida, espectro político, organização social pertencente e se a deputada permaneceu nessa temática ao longo de sua trajetória, o tempo de participação no conselho, o tempo compreendido entre entrada no Conselho e a posterior ascensão para os canais numéricos de poder, entre outros. Cabe ressaltar que os dados aqui tabulados consideram o número total de deputadas eleitas por cada legislatura, incluindo aquelas que estão afastadas, diferenciando-se, portanto, do número total de mulheres eleitas entre 1987 e 2016, uma vez que muitas delas se reelegeram durante esse período. Ou seja, o número total de legislaturas é maior que o número total de deputadas eleitas. Consideramos, portanto, no restante das análises desse estudo, o número total de deputadas eleitas e não de suas legislaturas.

A segunda etapa foi realizada através de entrevistas realizadas com as deputadas guiada por um roteiro de perguntas abertas, realizadas presencialmente e de modo online, reproduzidas no final

desse. A população deste estudo compreende as parlamentares eleitas no período de 1987 à 2016, das oito últimas legislaturas, a seleção das entrevistadas procedeu-se do seguinte modo: como a pesquisa tem por objetivo compreender a percepção das deputadas sobre sua própria passagem nos conselhos gestores, foram convidadas a participar da pesquisa todas deputadas que participaram em algum momento de sua trajetória política de conselhos gestores, o número de entrevistadas foi obtido de acordo com a própria disponibilidade das mesmas, totalizando o número de 09 entrevistas, que foram realizadas presencialmente na Câmara dos Deputados mediante prévio agendamento e através de um questionário online disponibilizado às deputadas.

CAPÍTULO 1

1.1 Mulheres e representação política: o mito da igualdade

Embora questionado, há um relativo consenso em torno da proposta de Marshall (1964), sociólogo britânico, sustentando que a cidadania só é plena se dotada dos três tipos de direitos, que são eles: direitos civis, direitos políticos e direitos sociais. Os direitos civis referem-se à conquista da liberdade pessoal, a liberdade de palavra, pensamento e fé, o direito à propriedade e a contrair contratos válidos, além do direito à justiça; os direitos políticos referem-se ao direito de voto e ao **direito de acesso a cargos públicos**; os direitos sociais vão do direito ao bem-estar econômico à segurança mínimos. O que questiono é se a mulher desfruta plenamente de sua condição de cidadã e agente social. Foi apenas no século XX que seus direitos civis foram, finalmente, reconhecidos. A eliminação das disposições na legislação que aludiam à inferioridade das mulheres, na vida civil, ocorreu somente a partir de 1962 e, ainda assim, não foram completamente contemplados. Seus direitos sociais são de igual morosidade e lentidão tendo sido parcialmente atendidos apenas, no Brasil, com a Constituição de 1988 (MIGUEL, 2001).

Não encontramos na história demonstrativos de grande preocupação com a ampliação da função da mulher enquanto sujeito atuante na sociedade, ela foi excluída dos jogos de força, poder e dominação para assentar-se no campo da fragilidade. Esse modelo de organização social a coagiu e impediu de atuar de forma a exigir transformações em prol de seu próprio benefício.

Evidentemente a relação entre a repressão, a dominação e o poder, por séculos, ocuparam posição especial dentre as inclinações da humanidade. A luta sempre presente entre fraco e forte, ativo e passivo colocou o gênero feminino “a salvo” no ambiente privado. Com objetivos, até mesmo, de preservação da espécie, a mulher teve seu direito de atuar como agente público cerceado. Preocupada com o bem-estar da espécie em situação de desenvolvimento foi esquivada dos interesses de cunho social desses e de si mesma. Transpuseram para o outro essa responsabilidade, sendo aviltada dos interesses políticos na organização social. Declinaram, então, a mulher de qualquer outra possibilidade e aspiração existencial que não a de cuidado com a prole. Resultado, muito provável, do anseio e terror que o possível abandono e desinteresse da parte feminina em atuar em benefício da organização familiar causam. As instituições religiosas, estatais, de domínio e poder, trataram logo de estigmatizar e mitificar tal “responsabilidade” da mulher enquanto mulher. A problemática, por sua vez, se desenvolve através da adequação dessa necessidade específica cultural como um pacto social, intransponível, delimitador e auto ajustado com a possibilidade da mulher ocupar, hoje, o espaço público.

As barreiras que causam a separação entre a vida pública e privada², intensamente exploradas durante a história, em relação às questões de gênero, reaparecem nos aspectos coletivos e se solidificam nas práticas e escolhas pessoais de representação e poder, desta forma temos um aspecto social que se mantém fixo e estagnado. A formação psíquica sobre a responsabilidade da divisão de tarefas sociais constituiu-se em torno de mitos que, em muitos aspectos, buscavam hierarquizar e delimitar grupos de pessoas.

A participação da mulher e do homem, nas mais diversas construções e modelos de sociedade, foi separada por conceitos impostos de tal forma que com o passar do tempo ganharam um ar de transcendência (percorrendo desde aspectos religiosos, filosóficos ou cientificistas) e se solidificaram nas estruturas sociais.

Desta forma é imposta a cisão entre o papel político que esta ou aquela pessoa está apta a ocupar por motivos tidos como inquestionáveis. Como consequência, é imposto um terreno onde a participação da mulher e do homem nos aspectos da vida pública satisfazem um *status quo*, com hierarquia e posicionamentos construídos em torno de um sistema sólido de classificação que provoca um cisalhamento das representações sociais entre os gêneros.

É esperado que aquelas que possuem a perspectiva de suas atuações sociais limitada pelo contrato social e pela noção incongruente de “papeis sociais” encontrem barreiras para exercer ativamente suas aspirações no meio e passem a aceitar e a assumir voluntariamente a condição de excluídas do poder na sociedade, tendendo a expressar um comportamento inerte, não possuindo motivação intrínseca de reafirmar e exigir seus direitos de cidadãos enquanto seres dotados de especificações próprias, direitos esses que o Estado enquanto órgão organizador “oferece” à todos os membros da sociedade, indistintamente. Evidenciando-se através da relutância em tomar algum procedimento diante da violação de um direito qualquer, a ausência de atitude é fundamentada sob crenças, cultura, agentes do Estado que reprimem a saída do sujeito de seu ambiente de atuação predeterminado e imposto como meio de organização social, o que é reforçado constantemente pelo medo de sofrer represálias, pela tolerância e conformismo. Aqui, levanto a hipótese de que as instituições

² A gênese da esfera privada e da esfera pública, remonta à Grécia Antiga. A esfera privada, chamada de esfera da casa, oikos, trata-se daquela onde as relações socio-familiares se constituíram baseadas em necessidades de sobrevivência (segurança, abrigo, alimentação, etc.), os indivíduos se organizavam de forma subordinada ao chefe da família que atuava com poder absoluto e violência, uma vez que proporcionava salvaguarda face às ameaças externas, podia exercer seu poder da forma que melhor lhe conviesse sobre seus subordinados: mulher, filhos e escravos. Já a esfera pública, do grego koinon, esfera comum, trata-se da vida política na polis, baseava-se no uso da persuasão e da retórica para sua constituição, não da violência e dominação, onde há igualdade de poder de palavra e à todos é permitido o direito da palavra e da expressão, que, por sua vez, prescindem a necessidade da força e da violência usadas na esfera privada. Deixar a esfera privada constitui uma virtude política para Aristóteles, onde o sujeito liberta-se das suas necessidades de sobrevivência biológicas, próprias do animal laborans, para pertencer ao meio de liberdade e igualdade, a polis, para sua afirmação e reconhecimento individual-discursivo (ARENDDT, 1997).

participativas, em especial os conselhos gestores, apresentam-se como um importante espaço no qual as mulheres podem iniciar suas alterações sobre a coisa pública e que é possível compreender os conselhos gestores como um relevante lócus que instrumentaliza a mulher a atuar no campo político.

Segundo Alvarez (2011), alguns aspectos são destacados pela literatura como problemas que devem ser levados em consideração nas análises sobre a representação feminina no parlamento: a) condições socioeconômicas desfavoráveis, em especial, a “feminização” da pobreza, do desemprego e as discriminações no mercado de trabalho em questões salariais, de recrutamento, promoção e demissão; b) escasso acesso às redes políticas estruturadas na sociedade e incipiente relacionamento cooperativo com sindicatos e grupos específicos envolvidos com a militância feminista; c) reduzido apoio dos partidos, seja no que se refere ao interesse no recrutamento de candidatas do sexo feminino como também no montante destinado ao financiamento das campanhas das mulheres, insensibilidade dos partidos para a superação do problema e falta de apoio político-eleitoral; d) menor capital político e cultural decorrente da baixa experiência em situações de liderança na vida social, organização incipiente das mulheres e falta de experiência política (prática específica desse “agir”); e) discriminação contra a mulher candidata e indiferença do eleitorado à contribuição da mulher no legislativo.

Dentre esses obstáculos, compreendemos que a participação em Conselhos Gestores pode atuar enquanto um amenizador do quesito “d”, isto é, no que diz respeito à possibilitar que a mulher se integre na vida pública, alcançando maiores experiências e vivências políticas.

Esse movimento, por sua vez, auxiliaria no processo de aquisição do capital político da parlamentar. Capital político, segundo Bourdieu (2004) é uma forma de “capital simbólico, um crédito firmado na crença e no reconhecimento”, que assinala a legitimidade para as ações políticas. O capital político pode ser composto por capital social, capital econômico e capital cultural, sendo distribuído de forma desigual e inconstante na sociedade. Pinheiro (2007), por sua vez, reestrutura essa tipologia proposta por Bourdieu (2004) ao analisar os tipos de capital político que elege as mulheres, elencando-os do seguinte modo: a) capital familiar; b) capital oriundo de participações sociais; c) capital vindo da permanência em cargos públicos/políticos em função de um saber técnico/profissional e d) capital convertido de outros meios que não o político (tais como atrizes, radialistas ou detentoras de patrimônio econômico). Conforme aponta Pinheiro (2006), no que diz respeito às mulheres no poder legislativo, esse capital tende a ser aquele construído em participações sociais e oriundos de experiências pregressas no campo político, pelo que afirma:

Desse modo, a entrada no Parlamento pelos diferentes caminhos aqui apresentados contribui para construir bases eleitorais e níveis de capital político diferenciados, bem como para que o reconhecimento de habilidades e competências seja bastante variado, tendendo a favorecer aquelas mulheres que apresentaram alguma vivência

prévia no campo político. Como consequência, são estas as que ocupam a maior parte dos cargos de relevância na Câmara dos Deputados. (PINHEIRO, 2006).

Salienta-se, entretanto, que apesar de estarem pedagogicamente separados, a fim de facilitar a compreensão teórica, a trajetória política de uma parlamentar não pode ser analisada como composta por um único tipo de capital, ao contrário, percebemos uma relação dialética entre todas as formas de aquisição e manutenção de capital político, que misturam-se entre si, embora vez ou outra possa ser identificado a relevância maior de um sob o outro, constituindo-se enquanto elemento imprescindível para a legitimação da ação política.

No item a seguir, pretende-se descrever os conceitos relativos a Instituições Participativas e seus desdobramentos.

1.2 Instituições participativas: Conselhos gestores, Representação e Sociedade Civil

A inclusão política nos processos democráticos tende a reclamar mecanismos que assegurem a efetiva representação dos grupos “sub-representados” uma vez que esses se encontram desmuniados de estratégias próprias, dado seu contexto histórico de minoria e de desigualdade estrutural. Foi apenas após a promulgação da Constituição Federal de 1988 que a participação política no Brasil democrático passou a experimentar relevantes alterações no que diz respeito as formas de interação do Estado com a sociedade civil. Essas mudanças podem ser delineadas pelo aparecimento de dois importantes momentos: a) o alargamento das reivindicações, ao final do período ditatorial, por uma maior presença da sociedade civil nas políticas públicas e b) o consequente surgimento e crescimento das Instituições Participativas, inaugurando um novo modo do Estado dialogar com a sociedade civil, institucionalmente e oficialmente (AVRITZER, 2009).

O conceito de Instituições Participativas diz respeito aos mecanismos de participação da sociedade civil instituídos legalmente que pressupõem a participação regular, ordenada e continuada dos atores sociais (cidadãos e associações da sociedade civil) na deliberação sobre políticas públicas.

Presentes nos três níveis de governo, federal, estadual e municipal, tais instituições permitiram a inclusão de uma perspectiva até então desconhecida da democracia representativa ao ensejarem a inserção dos interesses dos grupos organizados no cotidiano da esfera política, possibilitaram a criação de alternativas de inclusão da sociedade civil nos processos deliberativos que sobrepõem as estações eleitorais, esse movimento suscita a organização sócio-política desses grupos e concebem novos modelos de comunicabilidade e representatividade entre a sociedade e o Estado.

Tais formas de participação política são chamadas de Instituições uma vez que pressupõem normativas procedimentais, regulamento, regimento, lei, estatuto e diretrizes próprias que orientam e

estruturam a ação política e social. (CORTES, 2011; AVRITZER, 2009; LEVITSKI, 2006) podendo ser comparadas com as instituições políticas mais conhecidas (eleições, por exemplo).

As instituições participativas, através de seus instrumentos de representação, legalmente formalizados e cimentados pelo Estado, oportunizaram a convocatória de demandas e a publicitação de discussões e temáticas, angariando para o debate a colaboração de atores da sociedade civil que antes encontravam-se inaudíveis ou mesmo emudecidos pelo próprio funcionamento do sistema político.

Nesse viés, podemos afirmar que as IPs abrem possibilidades para a democracia representativa, ao passo que o realçamento dado ao papel das representações destaca a condição processual e cíclica da correlação entre as ações sociais e as instituições estatais ³.

As Instituições Participativas podem ser diferenciadas em quatro grupos, que são eles: i) mecanismos de participação individuais; ii) os processos conferencistas; iii) os orçamentos participativos (OPs) e iv) os conselhos de políticas públicas e de direitos (CORTÊS, 2011).

Os mecanismos de participação individuais (i) são instrumentos que possibilitam a manifestação direta do indivíduo sobre sua satisfação ou não acerca dos serviços, ações e atividades oferecidas pela gestão municipal. São exemplos desse mecanismo as pesquisas de satisfação de usuários, serviços que recebem sugestões, reclamações, disque denúncia, ouvidorias, entre outros canais pelos quais os usuários podem manifestar suas queixas e avaliações. Os processos conferencistas (ii) podem ser definidos como espaços destinados a discussão e deliberação sobre temas diversos, com fins de fomentar a mobilização social e de auxiliar na construção da representação política e do diálogo em torno da definição de uma determinada agenda de política pública. O orçamento participativo - OP (iii) trata-se de um processo pelo qual a população decide as prioridades de investimentos em obras e serviços a serem realizados a cada ano, com os recursos do orçamento municipal (CORTÊS, 2011). O quarto tipo de IP analisada são os conselhos de políticas públicas, me aterei com maior circunspeção a esse modelo a seguir.

1.3 Dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas

Como vimos, uma importante forma de instrumentalização das políticas públicas no cenário nacional são os Conselhos Gestores. Paes (2005) localiza os Conselhos Gestores no âmbito da vertente societal, pelo que cita os Fóruns Temáticos, os Conselhos Gestores de Políticas Públicas e o Orçamento Participativo como exemplos dessa vertente.

³ É relevante destacar que reconhecemos os limites encontrados nos Conselhos Gestores, como já destacado por várias pesquisas, e que existem barreiras que a população enfrenta para que realmente ocupe o centro desses espaços, participando diretamente dos mesmos. No entanto, na presente pesquisa pretendemos analisar, tão somente, a presença feminina nesses espaços.

Esses modelos desafiam o sistema onde o estado monopoliza a formulação e o controle das políticas públicas e passa a inserir diferentes figuras da sociedade nesse processo. Ou seja, pretende proporcionar, ainda que não consiga em sua totalidade, a inclusão dos setores mais marginalizados e pode possibilitar que os diversos interesses presentes na sociedade sejam explicitados e negociados num espaço público mais transparente. Pelo que favorecem a construção de uma cultura política democrática nas relações entre o Estado e a sociedade combinando ação e estrutura, política e técnica (PAES, 2005).

Enquanto órgão administrativo regulamentado, os conselhos gestores de políticas públicas nascem amparados pela legislação nacional (Constituição de 1988), possuindo características estruturais e sistêmicas e atuação prevista nas três esferas governamentais (municipal, estadual e nacional), compondo as práticas de planejamento e inspeção das ações, voltados principalmente para a garantia da universalização dos direitos sociais. O Conselho Gestor é compreendido como um modo de arranjo administrativo que permite a participação do povo na gestão das políticas públicas de modo paritário entre sociedade civil e Poder Público.

Constituem-se também enquanto espaços de recepção e captação das demandas específicas de cada grupo social, ampliando as possibilidades de participação e acesso ao aparelho do Estado. Estão voltados para a garantia de universalização dos direitos sociais.

De acordo com a Controladoria Geral da União – CGU (2008),

Os conselhos são instâncias de exercício da cidadania, que abrem espaço para a participação popular na gestão pública. Nesse sentido, os conselhos podem ser classificados conforme as funções que exercem. Assim, os conselhos podem desempenhar conforme o caso, funções de fiscalização, de mobilização, de deliberação ou de consultoria. (CGU, 2008).

Há um predominante consenso sobre as funções que os Conselhos Gestores devem desempenhar, são elas: I) Função fiscalizadora: diz respeito ao controle e acompanhamento da gestão dos governantes; II) Função mobilizadora: compreende os esforços exercidos para a divulgação da importância da inserção da sociedade civil na gestão pública; III) Função Deliberativa: diz respeito a participação direta dos conselhos na tomada de decisões e posições que serão acatadas pela administração e IV) Função consultiva: trata-se dos pareceres e propostas direcionadas às políticas públicas.

Sobre sua constituição, os conselhos gestores possuem características próprias que variam de acordo com a sua localização, se municipal, estadual ou nacional, suas demandas e temáticas específicas, o número de assentos, o perfil das instituições representadas, o mecanismo de eleição ou escolha dos conselheiros, podendo ser através de assembleias, fóruns, inseridos legalmente pelo próprio

Estatuto do Conselho ou indicações de categorias profissionais e segmentos sociais. Podendo abarcar diversos tipos de participação, individual ou coletiva, participação voluntária ou institucional.

Tem sido amplamente destacado (LUCHMANN, ALMEIDA, 2013) que os conselhos gestores representam um marco nas conquistas democráticas do Brasil, esses espaços representam hoje o lugar onde a sociedade civil pode exercer suas atribuições públicas, em relação à fiscalização, deliberação, implementação e mobilização política. Dessa forma, compreendemos que a participação, interesse e presença feminina nesses espaços podem revelar dados relevantes sobre a atuação política das mulheres brasileiras.

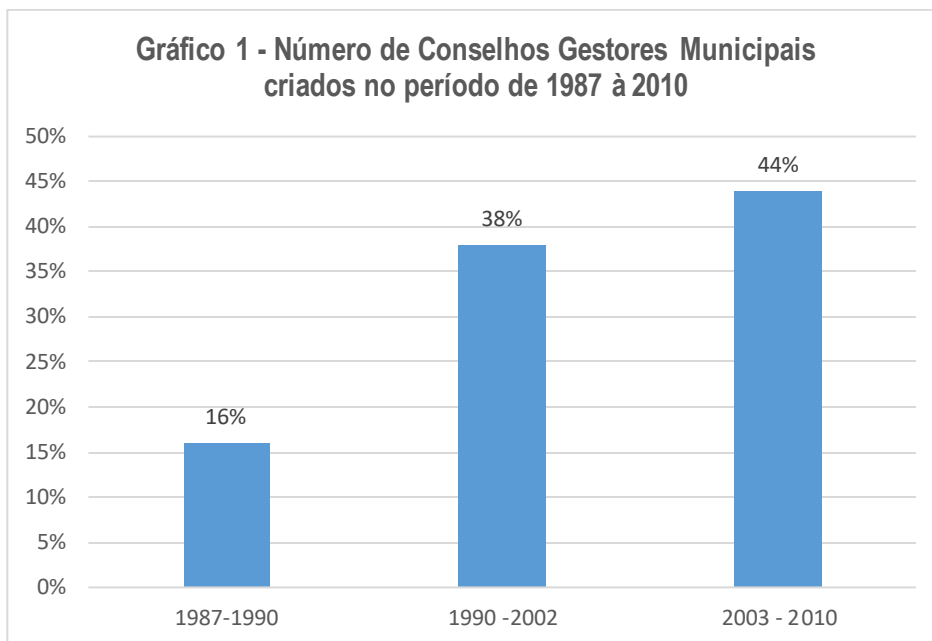
Segundo Tatagiba (1999), foi apenas na Constituição Federal de 1988 que os conselhos gestores de políticas públicas foram institucionalizados, nesse momento observamos uma sequência de diversas mudanças no cenário sócio-político nacional, novos atores pertencentes ao campo de reivindicações políticas passaram a ocupar um lugar de importante contribuição ao fortalecimento da democracia no Brasil.

Constituem-se também enquanto espaços de recepção e captação das demandas específicas de cada grupo social, ampliando as possibilidades de participação e acesso ao aparelho do Estado. Concorda com essa definição Tatagiba (1999), quando afirma que:

“os conselhos gestores de políticas públicas constituem “espaços de composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil, de natureza deliberativa, cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais” (TATAGIBA, 1999).

Segundo o IBGE (2010) há uma média de 4,9 conselhos por município, totalizando 26,9 mil conselhos presentes em 99% dos municípios do país. Destaca-se ainda a alta proporção de conselhos com prerrogativas deliberativas, o que sugere o poder desta nova instituição: 82% dos conselhos de saúde, 78% dos de educação e 73% dos de criança e adolescentes eram deliberativos. (GOHN, 2006).

Sobre a criação dos conselhos gestores, verifica-se que a maior parte dos conselhos gestores, 44%, foram criados entre 2003 e 2010; enquanto 38% foram criados entre 1990 e 2002, e apenas 16% foram criados antes de 1990 (IBGE, 2010).



Fonte: IBGE (2010). Elaboração própria.

Com relação as temáticas trabalhadas, encontramos 19 mais recorrentes no decorrer da implantação nacional, conforme demonstra a lista abaixo, por ordem crescente dos Conselhos Gestores mais recorrentes e o percentual de implantação nacional:

1. Assistência Social, 99% (5.527)
2. Alimentação, 98% (5.466)
3. Saúde, 97% (5.417)
4. Fundeb, 94% (5.267)*
5. Criança e Adolescente, 91% (5.084)
6. Educação, 79% (4.403)
7. Meio Ambiente, 56% (3.124)
8. Cidades, 43% (2.373)
9. Idoso, 35% (1.974)
10. Cultura, 25% (1.372)
11. Esporte, 11% (623)
12. Mulher, 10,67% (594)
13. Segurança, 10% (579)
14. Deficiente, 9% (490)
15. Transporte, 6% (328)
16. Juventude, 5% (303)

17. Igualdade Racial, 3% (148)
18. Direitos Humanos, 1% (79)
19. GLBT, 0,07% (4) (IBGE, 2010).

No próximo capítulo, analisaremos como tem se caracterizado a presença feminina nos Conselhos Gestores e o modo como essa presença pode promover o empoderamento político feminino.

1.4 A presença feminina nos Conselhos Gestores de políticas públicas

Podemos perceber que, em comparação com a esfera de representação parlamentar, a presença feminina nos conselhos gestores é significativa. Se na Câmara dos Deputados as mulheres são minoria e revelam uma grande desproporcionalidade no quesito representação; nos conselhos gestores encontramos um enquadramento diverso, contrastando a lógica de participação feminina na política partidária. Aqui, nos deparamos com um aumento significativo da presença feminina, sendo, em alguns casos, a maioria. Esse fenômeno embasa a hipótese central desse trabalho, uma vez que os conselhos gestores se mostram enquanto um importante lócus onde a participação feminina tem se consubstanciado, como aponta as pesquisas da área (ALMEIDA, LUCHMANN, GIMENES, 2016).

Uriella Coelho (2009) em sua pesquisa “Gênero e Democracia Participativa” se pergunta se os conselhos gestores apresentam de fato um ambiente onde as parcelas da população podem ser melhor representadas, ela conclui que, os conselhos gestores são ocupados por agentes ainda pouco abrangentes e que, o que se vê no campo da política partidária, se repetiria no quadro das instituições participativas, isto é, o nível de escolaridade, classe social e cor ainda não alcançaram todo seu potencial de representatividade. No entanto, a autora destaca que, sob a perspectiva de gênero, nos conselhos gestores, as mulheres encontrariam uma maior oportunidade de representação. Isto é, os conselhos gestores ainda não convocam a si grande congratulação no quesito representatividade quando os quesitos são cor, classe social e nível de escolaridade, no entanto, ao falarmos de gênero, vemos que esses espaços podem reunir importantes potencialidades para a atenuação das diferenças de gênero no lócus de decisão política.

Lüchmann e Almeida (2010), realizam uma análise sobre a participação feminina nos conselhos municipais de municípios catarinenses. Nesse estudo ficou evidenciado uma significativa presença de mulheres nesses conselhos, tal fenômeno, segundo as autoras, é novo no que diz respeito à presença feminina nos espaços de decisão política, uma vez que os mesmos números não são observados nas instituições representativas do Estado. Esse estudo constatou a predominância da presença feminina em dois principais conselhos, nos Conselhos de Assistência Social (80%) e nos Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente (78,6%), tendo sido menor os Conselhos de Saúde (43,7%).

Lüchmann e Almeida (2010) destacam o importante peso que a divisão do trabalho político possui no entroncamento da presença feminina nos espaços decisórios de poder, uma vez que o feminino foi sempre associado ao espaço doméstico, privado e o masculino ao espaço público, da política. Tais associações atuam como paralisadores do engajamento político feminino, uma vez que o próprio ideário social exclui as mulheres do desenho político institucional.

O fenômeno da alargada participação feminina nos conselhos gestores deve passar, portanto, pela análise de diversos fatores, tais como o perfil econômico, social, cultural, o nível de escolaridade, o engajamento político, entre outros elementos que, quando combinados de forma positiva, podem oportunizar a inclinação e o interesse na ocupação dos espaços de participação política (LÜCHMANN e ALMEIDA, 2010). Ao analisarmos a correlação existente entre perfil socioeconômico e participação, podemos pressupor a existência dos chamados custos de participação, tais como a necessidade de tempo disponível para participar das reuniões e comissões, custos emocionais e psicológicos, entre outros, que podem encarecer a possibilidade de ocupação desses espaços, principalmente no caso das mulheres que, não raro, encontram-se sobrecarregadas ocupando-se, além de suas atividades laborais, com os cuidados domésticos, com a família, filhos entre outros fatores que podem restringir suas possibilidades de participação e aumentar sobremaneira os custos dessa.

Desse modo, o deslindamento desse fenômeno encontrado no interior dos conselhos gestores deve ser lido com notoriedade e realçamento. Se nas instituições representativas as mulheres ocupam um espaço tão encurtado, quais seriam os fatores que corroboram para a mudança dessa perspectiva quando se trata das instituições participativas? Segundo LÜCHMANN e ALMEIDA (2010):

A explicação para este fenômeno exige explorar as especificidades que conformam tais instâncias, que se distanciam, de forma significativa, das configurações do sistema político eleitoral e não se enquadram nas concepções assentadas na dicotomia entre participação convencional e não convencional. (LÜCHMANN e ALMEIDA, 2010, p. 89).

Ou seja, identificamos o surgimento de novas interpretações sociais dadas a esse tipo de participação pela própria sociedade civil, quando comparado ao âmbito da política eleitoral, resultando na concepção de novos formatos de representação política inaugurados por esse lócus de atuação política.

Outro importante fator estaria no modo como é feita a escolha dos representantes dos conselhos gestores, uma vez que, sendo intermediada pela sociedade civil, isso funcionaria como um filtro que intercede sobre as discriminações de gênero, uma vez que:

a experiência dos conselhos mostra que o vínculo entre “sociedade civil” e “representação” é mais favorável à inclusão política das mulheres do que o vínculo entre “indivíduo” e “representação” (LÜCHMANN e ALMEIDA, 2010, p. 91).

Outra característica que deve ser destacada é a maior concentração de mulheres nos conselhos que tratam de temas sociais, como o Conselho Municipal da Assistência Social, da Educação, da Criança e Adolescente, da Saúde e dos Idosos e uma participação menor em conselhos relacionados à Finanças, Economia e Administração.

Kleba (2012) menciona que as mulheres são pouco “aceitas” e indicadas com menos frequência nas comissões e conselhos ligados ao setor da economia e administração, e, mesmo quando lá estão, são, muitas vezes, escamoteadas, tendo seu protagonismo furtado pela própria auto regulação do meio.

A primeira explicação sobre tal característica seria a de que as mulheres estão mais fortemente inclinadas a “cuidar dos outros”, que é do feitio feminino a dedicação aos assuntos relacionados à família, crianças e idosos. No entanto, Lüchmann e Almeida (2010) demonstram que tal interpretação é sumária e pouco consistente, elucidando que o real motivo dessa concentração se dá pelo fato de que esse é o “nicho disponível para elas no campo político” (LÜCHMANN e ALMEIDA, 2010, p. 92). Ainda, podemos adicionar o fato de que esses foram os primeiros conselhos a serem criados e formatados, também são os que possuem maior recorrência no quesito de obrigatoriedade no plano de gestão municipal, além de apresentarem maior rigor no quesito de regularidade legal, possuindo maiores verbas, recursos humanos e infraestrutura para o funcionamento

Esse movimento confirma as pesquisas (Marques, 2016) que indicam a ligação direta existente entre o tema e o gênero na atuação política feminina, ou seja, as mulheres aproximam-se, no geral, dos temas sociais em detrimento das outras temáticas, pois essas ainda se mantêm como campo exclusivo do universo masculino.

1.5 Empoderamento no exercício da participação social nos conselhos gestores

O termo empoderamento tem sua origem no inglês *empowerment*, foi amplamente discutido e definido enquanto uma “abordagem voltada para melhorar a situação e a posição dos grupos mais vulneráveis” (STOTZ e ARAUJO, 2004). Dos vários usos aos quais o conceito de empoderamento se presta, no Brasil, destacam-se: o que se refere as mobilizações e práticas que visam motivar sujeitos à um processo de melhoria de vida, enfocando sua autonomia, autoconhecimento e atuação direta; e o que pretende criar ações direcionadas a possibilitar a interação dos excluídos, sub-representados e em condições desfavoráveis.

Aqui, postulo que a participação em Conselhos Gestores pode atuar enquanto um importante instrumento de empoderamento político, uma vez que proporciona às mulheres um significativo espaço de formação, deliberação e desenvolvimento político, corroborando para o desenvolvimento de suas habilidades cívicas.

Dada sua pretensa neutralidade axiológica e epistemológica, o conceito de empoderamento surge da prática para só então avançar para a discussão teórica, do campo de atuação para o campo de estudo, visando nomear as práticas que extensamente já aconteciam nas décadas de 1950 e 1960, com o fortalecimento do sujeito coletivo nos países centrais, foi só em 1970 que o termo vestiu, pela primeira

vez, o sentido de emancipação política, principalmente nos campos de luta dos movimentos negros e das mulheres. O empoderamento, enquanto método, pode ser aplicado com diferentes objetivos e a variados grupos como, em exemplo, a vítimas de violência, populações ribeirinhas, indígenas, migrantes, desempregados, doentes físicos e mentais, alcoolistas e drogaditos, mulheres, homossexuais e transexuais, com a intenção de promover direitos e cidadania diretos ou apenas o acesso a esses (JUREMA, 2001).

O poder é um aspecto relevante a ser estudado no processo de empoderamento. As formas como as relações de poder se estruturam, passam a ser aceitas, solicitadas e posteriormente, até mesmo, tidas como “incontestáveis”, para então sofrerem a possibilidade de algum tipo de modificação/alteração são necessárias para a compreensão de como o processo de empoderamento deve se enveredar.

O poder pode ser definido, segundo Lagarde (1993), como

“... a capacidade de decidir sobre a própria vida: como tal, é um fato que transcende o indivíduo e se plasma nos sujeitos e nos espaços sociais: aí se materializa como afirmação, como satisfação de objetivos (...). O poder consiste também na capacidade de decidir sobre a vida do outro, na intervenção com fatos que obrigam, circunscrevem ou impedem. Quem exerce o poder se arroga o direito ao castigo e a postergar bens materiais e simbólicos. Dessa posição domina, julga, sentencia e perdoa. Ao fazê-lo, acumula e reproduz poder”.

O poder exerce papel principal na vida com a coisa pública e corresponde a primeira necessidade da atuação direta do agente de mudança social. De acordo com Bertrand Russel (1956, pg.172): “O conceito fundamental na ciência social é o poder, no mesmo sentido em que a energia é o conceito fundamental na física”.

Michael Foucault (1956), em contrapartida ao que havia sido observado até então, verificou que o poder não se constitui de modo monolítico, em um âmbito previamente determinado, mas funciona em rede uma vez que sua execução mais diminuta se sustenta através de pontos de apoio distribuídos por toda rede, estruturando ou não outros poderes. Assim, pensar sobre o *modus operandi* no qual o sistema social funciona, importa em investigar a base das práticas que, hoje tidas como naturais, perpetuam um estado de resignada centralização em relação aos meios de obtenção do poder.

Lidamos com sistemas involuntários de controle social, que não deixam alternativas a não ser se adequar àquele que mais ou menos satisfaz a necessidade de cada um. Esses sistemas se constituem através de relações sociais opressivas conduzidas em dois níveis diferentes e integrados, o institucional e o organizacional.

Segundo Vasconcellos (2003, p. 171), a instituição

“consiste em um conjunto estabelecido de práticas e saberes sociais, legitimada em nome de uma questão específica e uma competência particular para lidar com eles, ambos socialmente reconhecidos pela sociedade como um todo, ou pelos grupos envolvidos que organizam um padrão particular relativamente estável de relações de poder.”

As organizações, por sua vez, “constituem a personificação ou expressão concreta de instituições mais amplas” (Vasconcellos, 2003, p.175).

O modo como cada sujeito fará suas escolhas e se desenvolverá nesses espaços tem ligação direta com a participação e a distribuição de poder nos mesmos.

Dessa feita, percebemos a necessidade do desenvolvimento de novas formas de lidar com o aparelho institucional, pretendendo alterar o mecanismo já previamente estabelecido das relações autoritárias de poder em relações mais proximais ao empoderamento dos envolvidos no processo, criando perspectivas mais flexíveis e maleáveis (AVELAR, 1987).

Ao discorrer sobre a instituição social do poder, Foucault (1956), observa que as relações de poder não se limitam unicamente pelo usual jogo de “violência por violência”, mas, ao contrário, o mesmo teria por alicerce princípios elementares: o poder só existe mediante sua ação, em ato, em razão disso só é de fato concretizado na interação do outro ou com outros, sendo sempre um modo de agir sobre. Nessa perspectiva, podemos considerar que o empoderamento trata-se do momento em que indivíduos e grupos, na perspectiva foucaultiana, atuam de modo a “governar” suas próprias vidas e interesses coletivos. A chave desse processo está diretamente relacionada à necessidade de esclarecer como se dão e como foram instituídas as relações de poder e nas 6 formas de torná-las mais equânimes; exigindo uma nova constituição da subjetividade do indivíduo onde o mesmo questione criticamente o que já está instituído.

Ao falar em empoderamento, a noção que se expõe às definições já preconcebidas leva-nos a aproximação do conceito de autonomia, uma vez que visa a interação de elementos que pertencem à potencialização do indivíduo, dado suas forças e competências, amparados na iniciativa da ação direta nas políticas e mudanças sociais (HOROCHOVSKI, 2007).

Assim, segundo Sacchet (2012) a definição de empoderamento consente na liberdade dos indivíduos e grupos de exercerem os seus direitos democráticos na constituição de organizações na esfera coletiva. Ou seja, outorga a indivíduos e grupos o poder de escolha, resultantes de um processo político que será baseado na forma de condução dos poderes obtidos sendo consumados através de recursos que concedam visibilidade e influência suficientes para potencialização e execução das capacidades de ação e decisão. Contudo, o acesso a tais recursos não é automático. Daí a dificuldade

de empoderar certos indivíduos e grupos, já que muitas vezes não dispõem de meios para alcançarem seus objetivos (SACCHET, 2012). Nesse contexto, visualizamos a importante contribuição dos Conselhos Gestores ao proporcionar esse acesso às parcelas da sociedade civil antes não incluídas nos espaços deliberativos e de poder.

Os Conselhos Gestores ao propiciar às bases menos favorecidas do contexto social a possibilidade da promoção da qualidade de cidadão (participante, ativo e influente), contribui também para a conversão da exclusão desses indivíduos e pessoas, fortalecendo as relações de poder das mesmas, isto é, empoderando-as. Tal processo é, para Friedman (1996), um reequilíbrio da estrutura de poder na sociedade, aumentando os poderes e fortalecendo a sociedade civil, protegendo (e não favorecendo) os estratos sociais que antes não exerciam a luz da mesma perspectiva que deveria basear a democracia. Para isso, o aumento e a sofisticação política, concomitante ao acúmulo do capital social e aperfeiçoamento da democracia representativa são absolutamente precisos para a significação das pessoas e comunidades no contexto do empoderamento, avistados seguramente também no âmbito dos Conselhos Gestores (MACPHERSON, 1982).

Na perspectiva política, o processo de empoderamento abarca a necessidade de uma reforma da estrutura social hodierna objetivando a recondução e a redistribuição dos meios de acesso ao poder, tornando-os mais equânimes e igualitários (HOROCHOVSKI, 2007). O objetivo principal do empoderamento nesse contexto consolida-se no desenvolvimento da habilidade de atuar de forma funcional e eficiente diante aos impasses ocorridos nos espaços da vida pública cotidiana, na micropolítica, para ser, então, solidificada junto às instituições públicas e ao fenômeno político superior, a macropolítica, acompanhando o movimento de aperfeiçoamento e inserção na participação política e democrática

Nessa perspectiva, podemos compreender que o campo de deliberação que a participação em Conselhos Gestores propicia pode atuar como um instrumento de empoderamento político, uma vez que para que uma pessoa protagonize o curso das decisões que a envolve no meio público, impreterivelmente, prevê-se a ampliação do seu saber político, da familiarização com os temas a serem discutidos, conhecimento de seus direitos/deveres bem como do aprimoramento da sua participação democrática nos espaços de decisão.

Podemos concluir que o processo de empoderamento, no campo político feminino, se desenvolve em torno de quatro dimensões distintas: a dimensão cognitiva (visão crítica da realidade), psicológica (sentimento de auto-estima), política (consciência das desigualdades de poder e a capacidade de se organizar e se mobilizar) e a econômica (capacidade de gerar renda independente) (STROMQUIST, 2002, pg. 132): (I) Inicialmente, a mulher encontra-se no estágio da tomada de

consciência, esse momento refere-se ao instante em que ela se desperta e compreende sua situação de exclusão e afastamento das decisões públicas e do poder de decidir em prol de seus próprios interesses, posteriormente, a mulher passa a equiparar sua situação à de outras mulheres que se encontram em estado semelhante ao seu, essa fase de identificação com as outras (II) se faz imprescindível para a terceira fase, a organização em grupos (III) que, por sua vez, deve proporcionar o levantamento dos recursos materiais e intelectuais para, por fim, resultar na quarta e última fase, a decisão de agir, alterar e atuar em benefício dos direitos/interesses do grupo. Postulamos que os Conselhos Gestores constituem um importante espaço para que essas mulheres desenvolvam essa última fase.

É interessante destacar que o processo de empoderamento político se desenrolará no sentido de promover a aquisição de habilidades cívicas, como postulado por Verba (1995). Se antes essas mulheres possuíam pouco ou nenhum vínculo com o pensar político, agora passarão a entrar em contato com temas, pessoas e com um contexto de decisões que poderá favorecer o desenvolvimento e aprimoramento de habilidades como a oratória, a ampliação de vocabulário e de organização.

CAPÍTULO 2

2.1 Trajetória política das parlamentares no pós-constituente.

Observamos que 198 deputadas foram eleitas nesse período, de 1987 a 2015, dessas, 59, ou seja, 30% do total das mulheres que já foram eleitas deputadas no país participaram em algum momento de sua trajetória política de conselhos gestores. Pretendemos categorizá-las de acordo com seu partido, número de vezes em que foram reeleitas, região e temática de atuação.

Os dados coletados nos permitem observar, inicialmente, o crescimento do número de deputadas eleitas desde 1987, mantendo uma relação proporcional ao longo dos anos. Na primeira Legislatura, logo após a instituição dos conselhos gestores como política pública de Estado, observamos um número considerável de mulheres atuando nesses espaços, 20% das deputadas eleitas nesse período participaram de algum conselho gestor, o número permanece com algumas oscilações até atingir seu ápice, na 52ª Legislatura quando 48% das mulheres eleitas participaram, em algum momento de sua trajetória política de conselhos gestores. Já no período de 2007 a 2011, na 53ª legislatura, 40% das mulheres eleitas possuíam vínculo com conselhos gestores. De 2011 a 2015, na 54ª legislatura, 35% apresentaram algum envolvimento com conselhos gestores, esse número permaneceu decaindo e, por fim, de 2015 à 2019, na atual 55ª legislatura, 25% das deputadas eleitas possuem vínculo com conselhos gestores, conforme demonstra a tabela a abaixo:

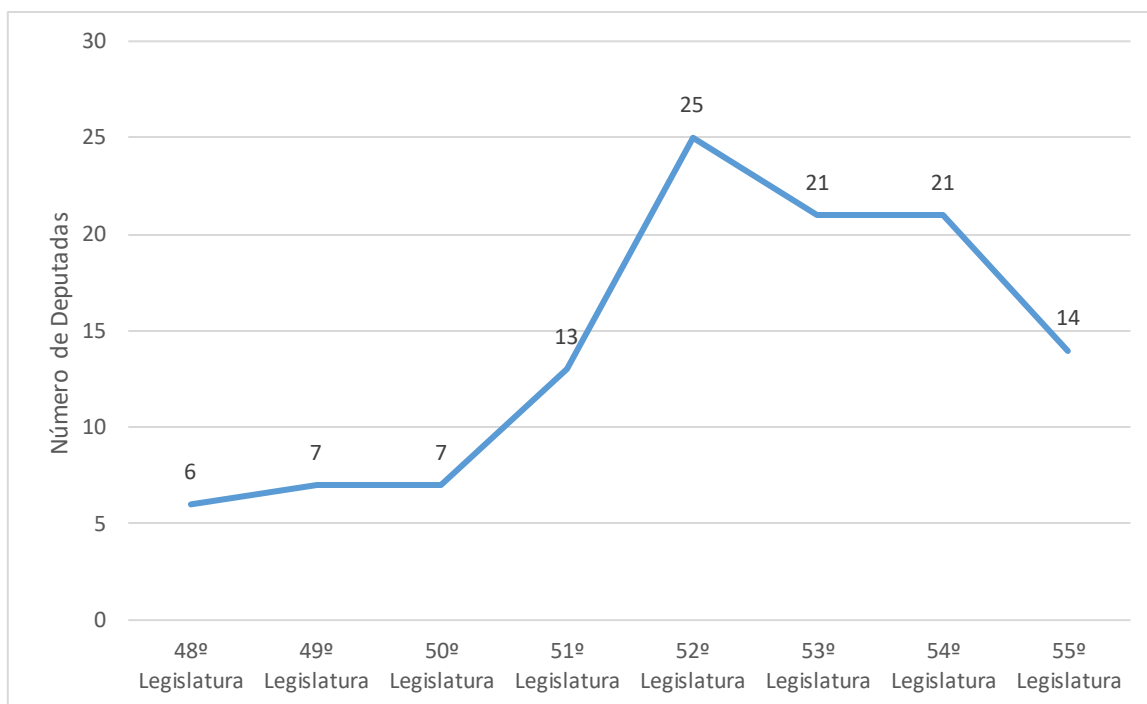
Tabela 1. Número de Deputadas de acordo com cada Legislatura

DEPUTADAS	48º	49º	50º	51º	52º	53º	54º	55º	TOTAL
	Legislatura (1987-1991)	Legislatura (1991-1995)	Legislatura (1995-1999)	Legislatura (1999-2003)	Legislatura (2003 – 2007)	Legislatura (2007 – 2011)	Legislatura (2011 – 2015)	Legislatura (2015 – 2019)	
Com participação em conselhos	6	7	7	13	25	21	21	14	114
Sem participação em conselhos	23	23	35	26	27	31	39	40	244
TOTAL	29	30	42	39	52	52	60	54	358

Fonte: Câmara dos Deputados. Elaboração própria.

Dessa forma, percebemos um crescente número das mulheres eleitas que participaram em conselhos gestores em 2003 seguido de uma estabilidade em 2007 e 2011 acompanhado de um decréscimo na última eleição, onde apenas 25% das deputadas eleitas participaram de conselhos gestores, ilustrado no gráfico a seguir:

Gráfico 2 - Número de Deputadas Com Participação em Conselhos Gestores



Fonte: Câmara dos Deputados. Elaboração própria.

Um rápido resgate histórico pode explicar esse movimento uma vez que o mesmo é consoante ao desenvolvimento da própria história dos conselhos gestores no Brasil, segundo o IBGE (2010), 488 conselhos foram criados após 1997, 305 entre 1994 e 1996 e somente 73 foram criados antes de 1991. Ou seja, é apenas após a 50ª Legislatura (1995-1999) que o Brasil passa a apresentar um aumento significativo desses espaços, os Conselhos Gestores tornaram-se uma novidade no cenário político brasileiro, houve uma grande procura pela participação e isso refletiu claramente na presença das mulheres nos mesmos, na entrada dos anos 2000, porém, esses espaços ganham estabilidade e isso reflete também na participação das mulheres que se mantém estável por um período quase de 10 anos, seguido por um decréscimo considerável na última legislatura, esse fato acompanha a pesquisa do IBGE (2010) que afirma haver um decréscimo 3,6% dos Conselhos e da participação popular, caindo de 94,8% em 2005 para 91,6% em 2009. (IBGE, 2010).

2.2 Dos partidos e do espectro político

Uma característica fundamental para a análise da trajetória das parlamentares refere-se à sua filiação partidária. Uma vez que o desenrolar das ações no Congresso Nacional e a compreensão de como se desenvolvem as pleitos dentro do parlamento são pré-direcionados pelos cargos de maior poder, esses por sua vez, determinados pela posição dos partidos dentro do contexto parlamentar, como por exemplo, o tamanho do domínio do partido ao qual a deputada pertence, seguindo os princípios de “representatividade partidária”.

Nesse viés, a relação existente entre filiação partidária e as potencialidades da participação política feminina tem sido bastante estudada como um fator relevante a compreensão da presença dessas nos espaços de poder (PINHEIRO, 2007; MIGUEL, 2004; ARAÚJO, 2001).

Araújo (2001) levanta a hipótese de que as mulheres encontram maiores possibilidades de se elegerem como deputadas em partidos menores, conforme afirma:

Nos grandes partidos, sobretudo nos tradicionais, de centro ou de direita, os espaços e áreas de influência já se encontram consolidados e tendem a ser alvos de disputas mais acirradas, já os partidos pequenos estão à procura de novas áreas de apoio e, por isso, tendem a ser mais abertos ao ingresso de mulheres. Os partidos de esquerda, além da busca de apoio nessas áreas, tendem a ser portadores de compromissos ideológicos com setores sociais historicamente excluídos. (ARAÚJO, 2001)

A presente pesquisa corrobora com a confirmação dessa hipótese uma vez que demonstra uma tendência de as deputadas que participaram de conselhos gestores serem filiadas à partidos de espectro político de esquerda. Conforme podemos ver:

Do total das deputadas que possuem vínculo com conselhos gestores encontramos 14 deputadas do PT, 10 do PMDB, 07 do PSDB, 03 do PSB; 05 do PCdoB; 02 do PTB; 02 do PFL; 03 do PP; 01 do DEM; 02 do PR; 01 do PTdoB; 01 do PV; 01 do PPS; 01 do PSOL; 02 do PR; 01 do PSD; 01 do PEN, caracterizado no quadro abaixo:

Tabela 2. Relação Deputada com Participação em Conselhos Gestores x Partido

PARTIDO	NÚMERO DE DEPUTADAS COM PARTICIPAÇÃO EM CONSELHOS	NÚMERO DE DEPUTADAS SEM PARTICIPAÇÃO	DE ESPECTRO POLÍTICO
DEM	1	2	D
PCdoB	5	9	E

PDT	3	10	E
PEN	1	0	C
PFL	2	9	D
PMDB	10	32	C
PMN	0	1	C
PP	3	6	C
PPB	0	1	D
PPR	0	2	D
PPS	1	2	E
PR	2	8	D
PRB	0	2	C
PRONA	0	1	D
PROS	0	1	C
PSB	3	9	E
PSC	0	4	D
PSD	1	1	D
PSDB	7	21	C
PSOL	1	1	E
PSTU	0	1	E
PT	14	30	E
PTB	2	7	D
PTdoB	1	0	C
PTN	0	2	C
PV	1	2	E

Fonte: Câmara dos Deputados. Elaboração própria.

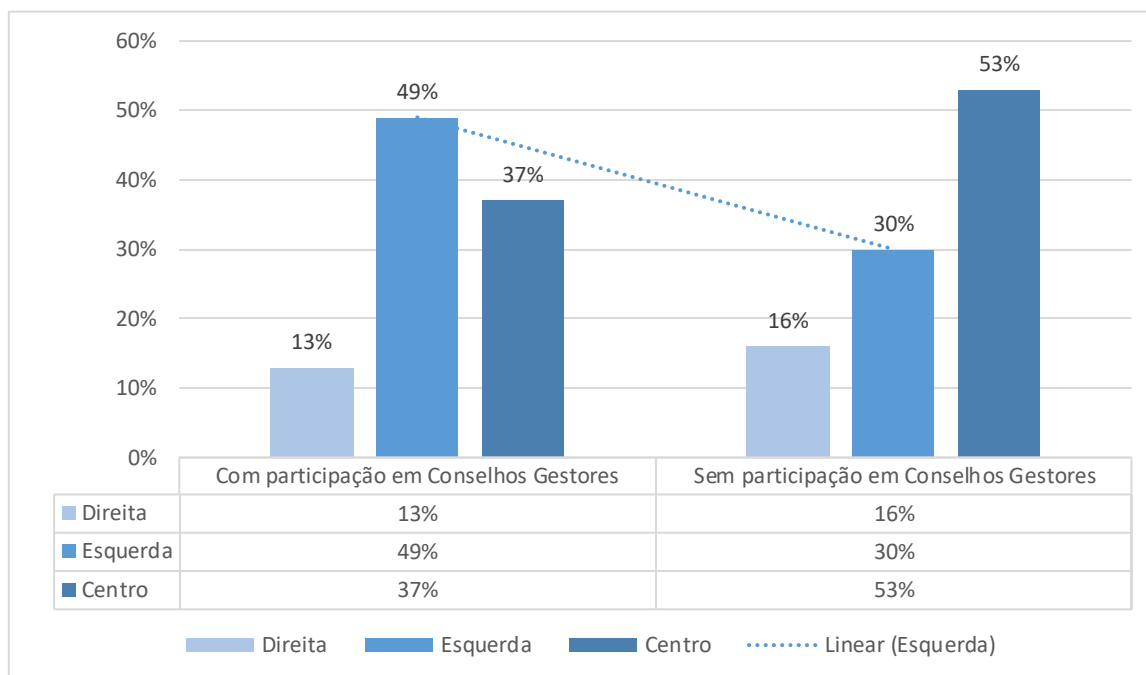
A classificação dos partidos aqui utilizada segue a proposta em Krause, Dantas e Miguel (2010), que foi resultado da concordância entre um número expressivo de pesquisadores e tem sido utilizada como forma de classificar os partidos brasileiros. Também consideramos apenas o partido mais recente ao qual a deputada estava filiada. Desse modo, compreendemos a disposição do PCO, PCdoB, PDT, PPS, PSB, PSOL, PT e PV na esquerda, do PMDB, PP, PSDB e PTN no centro, e DEM, PFL, PR, PSD, e PTB na direita. Isso implica dizer que 49,1% das mulheres eleitas de 1987 à 2015 que possuíam vínculo em conselhos gestores são oriundas de partidos de esquerda; 13,5% são de partidos considerados de direita e 37,2% são de centro.

Com relação às deputadas eleitas que não apresentaram participação em conselhos gestores, encontramos uma figuração diferenciada, sendo que 32 são do PMDB, 30 do PT; 21 do PSDB; 10 do PDT; 9 do PCdoB; 9 do PFL; 9 do PSB; 8 do PR; 7 do PTB; 6 do PP; 4 do PSC; 2 do DEM, do PTN, do PRB, do PPS, do PPR e do PV e 1 do PPB, PSD, PSOL, PSTU, PROS, PMN, PRONA, cada. Conforme demonstra a tabela acima.

Dessa forma, podemos notar certa prevalência de deputadas de espectro político centrista, isto é, 53%, ao lado de 16% de espectro político de direita e 30% de espectro político de esquerda. Esses

dados indicam um contraste importante entre as deputadas que participaram de conselhos gestores e as que não participaram, revelando que as que participaram tendem a pertencer à partidos de Esquerda (49%). Mostra ainda que a minoria das mulheres eleitas nesse período eram de partidos de Direita, isto é, apenas 15% das mulheres eleitas entre 1987 e 2014 eram de partidos de espectro de direita. Conforme demonstra o gráfico abaixo:

Gráfico 3 - Comparativo Espectro Político x Participação em Conselhos Gestores



Fonte: Câmara dos Deputados. Elaboração própria.

Essa diferenciação pode ser explicada através de um viés histórico, segundo Rodrigues (2001), foi com os movimentos sociais que a construção de uma novo campo ético político, mais discursivo e participativo teve início, segundo o autor, os movimentos sociais e o novo sindicalismo passaram a recusar a antiga forma estrutural e institucional clientelística e corporativista. Assim, as trabalhadores se viram capazes de organizar novas estruturas organizacionais, estabelecendo-se em movimentos notadamente de esquerda (RODRIGUES, 2001).

2.3 Do número de reeleições

A “reeleição” pode ser definida, segundo Schimitt (1999) como o “grau de recondução, numa nova legislatura, de parlamentares provenientes das anteriores” (p.128) ou, ainda, como a constância com que as parlamentares, tendo se reapresentado, obtiveram um novo mandato (ARAÚJO, 20002, p.60). Na ótica de Limongi e Figueiredo (1996), a “proporção de candidaturas à reeleição pode ser tomada como um indicador do valor do mandato parlamentar” (p.20).

Figueiredo e Limongi (1996), asseguram que as reeleições bem-sucedidas de conservação no cargo são um indicador do nível de investimento que o parlamentar direcionou à carreira.

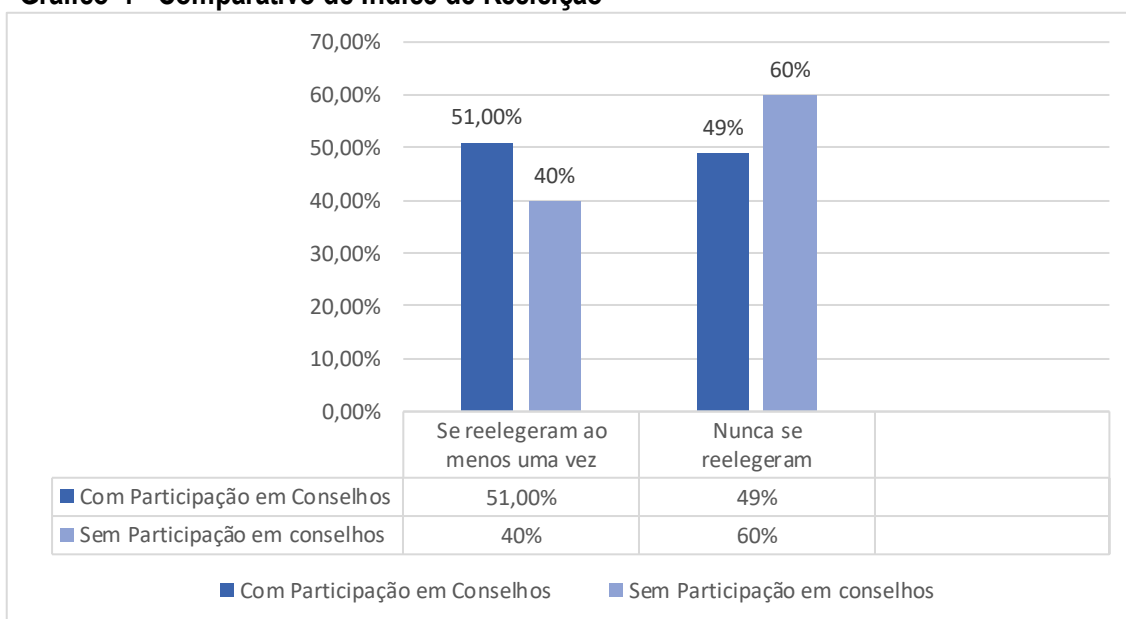
Leoni, Pereira e Rennó (2003), corroboram com essa ideia ao afirmar que:

“a decisão estratégica ou escolha que os legisladores fazem com relação a qual cargo vão concorrer na próxima eleição é orientada principalmente por uma autoavaliação do desempenho no cargo e das chances de ter êxito nas eleições. Em outras palavras, as escolhas de carreira do legislador não são orientadas apenas pelas compensações do cargo pretendido, tais como remuneração mais alta ou equipe maior, mas também pela viabilidade eleitoral dessa escolha. Isto é, a utilidade maior de ser eleito para esses cargos deve ser ponderada pela sua menor probabilidade de sucesso e levar em conta os diferentes custos embutidos em cada escolha” (p.46).

Assim, observamos que, das deputadas estudadas que participaram de conselhos gestores, 30 deputadas se reelegeram ao menos uma vez, dessas, 7 se reelegeram três vezes, 9 se reelegeram duas vezes e 14 se reelegeram uma vez.

Em contrapartida, quando analisamos as deputadas que não participaram de conselhos gestores em momento algum da sua carreira, percebemos que 98 delas nunca foram reeleitas, 35 se reelegeram ao menos uma vez, 17 se reelegeram mais de duas vezes, 6 se reelegeram mais de três vezes, 4 se reelegeram mais de quatro vezes, 1 se reelegeram mais de cinco vezes e 2 se reelegeram mais de seis vezes. Conforme mostra o quadro abaixo:

Gráfico 4 - Comparativo de Índice de Reeleição



Fonte: Câmara dos Deputados. Elaboração própria.

Isso nos mostra que, das 163 deputadas, 60% **nunca** se reelegeram e apenas 21% dessas se reelegeram uma vez; 10% se reelegeram mais de uma vez; 3% se reelegeram mais de três vezes, 2% se reelegeram mais de quatro vezes; 0,6% se reelegeram mais de cinco vezes e 1,2% se reelegeram mais de seis vezes.

2.4 Das temáticas trabalhadas durante a participação nos Conselhos Gestores

Em relação as temáticas sobraçadas pelas deputadas observamos uma forte concentração e interesse pelas áreas atreladas à esfera social, tidas como terreno de atuação feminina, encontramos as deputadas fortemente envolvidas com as áreas correlatas aos direitos da Mulher, Saúde, Criança e Adolescente e Assistência Social e uma participação menor em conselhos relacionados à Finanças, Economia e Administração. Não fortuitamente, esse padrão revela-se um reflexo direto do que se espera do ser mulher enquanto agente público: ações ligadas ao cuidado da família. Kleba (2012) menciona que as mulheres são pouco “aceitas” e indicadas com menos frequência nas comissões e conselhos ligados ao setor da economia e administração, e, mesmo quando lá estão, são, muitas vezes escamoteadas, tendo seu protagonismo furtado pela própria auto regulação do meio.

Esse movimento confirma as pesquisas que indicam a ligação direta existente entre o tema e o gênero na atuação política feminina, ou seja, as mulheres aproximam-se, no geral, dos temas sociais em detrimento das outras temáticas, pois essas ainda se mantêm como campo exclusivo do universo masculino (LÜCHMANN; ALMEIDA, 2010).

Com relação as temáticas dos conselhos observadas nessa pesquisa, o mais recorrente foi o da Mulher, sendo citado 15 vezes, em sequência o da Saúde, 12 vezes; o de Saúde, 11 vezes; da Criança e Adolescente, citado 10 vezes; de Assistência Social, citado 09 vezes; da Educação, 07 vezes; da Pessoa com Deficiência, 04 vezes; da Tecnologia e Ciência, 03 vezes; do Desenvolvimento, 3 vezes; de Direitos Humanos, 03 vezes; do Meio Ambiente, 02 vezes; do Idoso, 02 vezes; de Alimentação, 02 vezes; de Drogas e os de Imobiliário, Indústria, População Negra, Segurança, Orçamento foram citados apenas 01 vez cada um. Conforme demonstrado através da tabela 03, em anexo.

2.5 Região eleitoral e naturalidade

Estabelecemos como um importante indicador para se compreender a trajetória das parlamentares a sua região eleitoral e naturalidade.

Araújo (2002) estabelece uma importante relação entre espectro político, taxa de eleição, a forma de aquisição de capital político e a região eleitoral à qual a deputada pertence. Segundo ela, nas regiões Norte e Centro-Oeste, observa-se uma maioria de deputadas pertencentes à partidos de espectro de centro e esquerda, com capital político predominantemente familiar. Já no Sul e Sudeste há uma forte

presença de mulheres de partidos de esquerda e envolvidas com capital político social (movimentos sociais, militância, sindicatos, entre outros).

Em relação a região eleitoral a qual as deputadas com participação em conselhos pertencem, encontramos uma maior concentração no Rio de Janeiro, com 11 deputadas, no Distrito Federal, Goiás e São Paulo com 04 cada um; Minas Gerais, Pará, Paraná e Tocantins com 03 deputadas; Acre, Alagoas, Amapá, Bahia, Mato Grosso, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima e Rio Grande do Sul com 02 e Amazonas, Ceará, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Sergipe com 01 deputada cada. Conforme demonstra tabela abaixo:

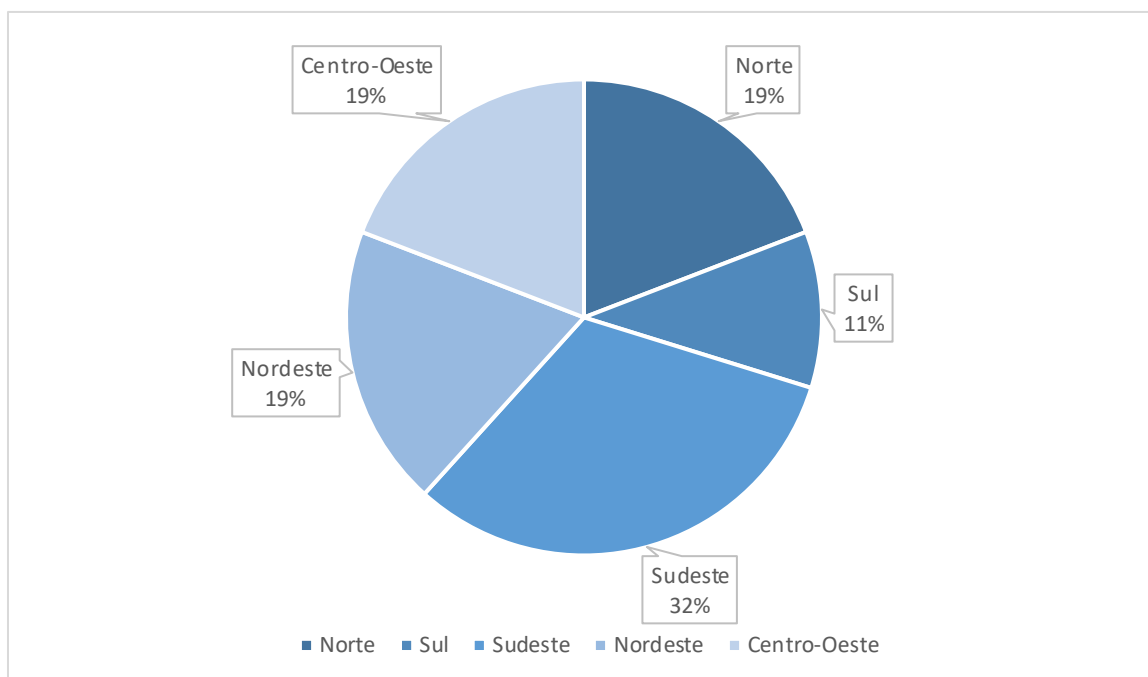
Tabela 03. Deputadas com Participação em Conselhos Gestores X Estado

Estado	Deputadas
RJ	11
DF	4
GO	4
SP	4
MG	3
PA	3
PR	3
TO	3
AC	2
AL	2
AP	2
BA	2
MT	2
PI	2
RN	2
RR	2
RS	2
AM	1
CE	1
MA	1
MS	1
SC	1
SE	1

Fonte: Câmara dos Deputados. Elaboração própria.

Esses dados revelam uma distribuição característica pelo território brasileiro, na maior parte dos Estados, com destaque para o Rio de Janeiro, onde estão concentradas a maior parte das deputadas, isto é 18,6% de todas as deputadas são representantes do estado do Rio de Janeiro.

Gráfico 5 - Número de Deputadas com Participação em Conselhos por Região



Fonte: Câmara dos Deputados. Elaboração própria.

Como podemos observar no gráfico acima, a maior parte das deputadas estão localizadas na região Sudeste (30%), seguido pelo Centro-Oeste (22%), pelo Norte e Nordeste (18%, cada) e pelo Sul (10%).

É de se esperar que a região sudeste concentre um maior número de deputadas eleitas com participação em conselhos gestores, uma vez que abarca 43% da população total do país, contando, assim, com mais cadeiras na Câmara dos Deputados. Já a região sul foi a que menos elegeu mulheres, representando apenas 10% do total, Pinheiro (2006) levanta como hipótese-explicativa para esse fenômeno o fato de que no Sul há um apelo maior a costumes conservadores, o que condicionaria a tendência à não-aceitação de candidaturas femininas.

Finalmente, os dados sobre as deputadas eleitas durante o período pós-constituente nos permite sugerir que o capital político das mulheres no Brasil é construído de diferentes formas, como dito, o capital familiar, o capital de participação em movimentos sociais, o capital proveniente da ocupação de cargos públicos e o capital derivado de outros campos podem se apresentar juntos ou isoladamente na construção da trajetória política da deputada, aqui aspiramos analisar o capital oriundo das participações em conselhos gestores e observar a importância que o mesmo reflete para cada deputada, como será exposto a seguir.

CAPÍTULO 3

3.1. Quem são as Deputadas brasileiras que participaram de Conselhos Gestores?

O próximo passo dessa pesquisa compreendeu entrevistar as próprias deputadas para entender a importância que elas próprias atribuem a sua passagem pelos conselhos gestores. Essas entrevistas foram feitas de duas formas: i) a primeira, foi a coleta de dados por meio de entrevista de profundidade presencial com as Deputadas que tiveram participação em conselhos gestores; para tanto, seguimos o roteiro de entrevista (em anexo) e procedemos a análise dos dados coletados pelo mesmo; ii) a segunda, com o mesmo objetivo, se deu através de um Questionário fechado (em anexo) disponibilizado de forma online, através do instrumento de pesquisa *Google Forms*, o qual as deputadas foram convidadas a responder por e-mail. Como será melhor explicado a frente, a dificuldade de fazer entrevistas em profundidade e presencial com todas nos levaram a optar pelo questionário de modo a completar o trabalho de campo.

O roteiro utilizado foi construído com o objetivo de desvendar com qual importância os conselhos gestores aparecem na trajetória política das deputadas, levando em consideração a perspectiva da própria deputada sobre o tema. Para tanto, dividimos o roteiro em dados iniciais e três blocos de perguntas. Os dados iniciais visam coletar as principais informações sobre a deputada, considerando sua vida pública e privada, como sua cor, escolaridade, profissão, naturalidade, estado civil, partido, estado, religião, número e idade dos filhos, orientação sexual, entre outros. O primeiro bloco de perguntas, por sua vez, objetivou possibilitar que a própria deputada descrevesse como se deu sua carreira política, isso é, dados sobre sua primeira aproximação com a gestão pública, aspectos que agiram como motivacionais para sua entrada na política, grupos de apoio, principais dificuldades enfrentadas, entre outros. Tais perguntas tiveram, ainda, o objetivo de favorecer o resgate de informações sobre a história política da deputada com o fim de possibilitar o acesso à tais memórias. O segundo bloco teve por objetivo identificar quais foram os espaços (conselhos gestores, associações, movimentos sociais, instituições sociais ou religiosas, etc.) que possibilitaram a aquisição de habilidades cívicas da deputada, isso é, verificar se a deputada utilizou-se de tais espaços no seu processo de empoderamento político e como a mesma percebe sua participação nesses locais. O terceiro e último bloco foi construído com o objetivo de afunilar as perguntas diretamente para a temática das Instituições Participativas, isto é, caso a deputada tenha citado alguma instituição participativa no segundo bloco, nesse bloco pudemos trabalhar mais diretamente sobre como foi essa participação e em quais modos a mesma se deu, questionando-a sobre qual a importância que a deputada atribui à sua participação, quais suas críticas à esses espaços, como considera sua participação (ativa/não ativa, espaço de voz, etc.),

como foi sua inserção, quais temáticas trabalhou, entre outras características que nos serviram para compreender como a deputada percebe sua participação nas instituições participativas.

3.2. Da pesquisa presencial e seus obstáculos

Para as entrevistas, foram selecionadas para participar dessa pesquisa todas as deputadas em exercício no atual mandato que participaram em algum momento de suas trajetórias de conselhos gestores e estão em exercício no atual pleito. O primeiro contato se deu através dos e-mails oficiais das mesmas, onde pude apresentar o objetivo da pesquisa, a metodologia e enviar um convite oficial (Ofício nº005/2016-PGC), solicitando a participação nas entrevistas para a semana do dia 19 ao dia 23 de setembro de 2016, semana que reservei para estar na Câmara dos Deputados em Brasília, uma vez que estaria participando do projeto Estágio-Visita do CEFOR e essa participação facilitaria o acesso aos gabinetes das deputadas.

Esse primeiro contato não foi exitoso, uma vez que a maior parte das deputadas não responderam o e-mail. Desse modo, passei a fazer ligações para os gabinetes das mesmas, informando sobre o envio do e-mail e solicitando um retorno sobre a disponibilidade das deputadas para participarem. Vale ressaltar que esse processo foi bastante dificultoso, uma vez que na maior parte das vezes o responsável por atender as ligações dizia não poder auxiliar no contato com a deputada. Foram contatadas todas as quatorze deputadas que participaram de conselhos gestores e estão atualmente em exercício, no entanto consegui um retorno de apenas sete delas, sendo que dois dos retornos foi negativo sobre a participação na entrevista. Esse contato inicial foi desenrolado sempre com as assessoras das deputadas que ficaram responsáveis de confirmar o interesse das deputadas em participar da pesquisa.

Após essas primeiras ligações, me dediquei a agendar a data e o horário em que a deputada estaria disponível em seu gabinete na semana do dia 19. Esse processo também se mostrou complexo, uma vez que essa semana coincidiu com a semana pré-eleições municipais e a maior parte das deputadas estariam em compromissos políticos em seus municípios de origem. Bem como pelo atual contexto da política no Brasil, destacando-se eventos bastante desestabilizadores como o processo de impeachment (ou golpe parlamentar) da presidente Dilma Rousseff entre outros importantes aspectos que tornaram o ano de 2016 conflituosos para aquelas que realizaram pesquisa de campo na política. No entanto, foi possível pré-agendar um horário com quatro dessas deputadas, que disponibilizaram trinta minutos para uma conversa.

Em Brasília, o acesso aos gabinetes foi facilitado, não encontrei qualquer dificuldade para encontrá-los, uma vez que pude me apresentar como participante do programa Estágio-Visita e as próprias organizadoras desse programa auxiliaram-me na localização e no direcionamento aos gabinetes.

Após o retorno, dei início a fase de coleta de dados com aquelas deputadas que não puderam responder a entrevista presencialmente, utilizando o mesmo roteiro de entrevista, o questionário foi disponibilizado de forma online, através da plataforma *Forms Google* (reproduzido em anexo). Os contatos se deram através de telefonemas e e-mails.

Ao todo foram coletadas 09 entrevistas, sendo 04 presenciais e 05 online, esse número se mostrou significativo, uma vez que abrangeu 64% de todas as deputadas eleitas na atual legislatura (14).

Frente a todos percalços enfrentados pelas mulheres no legislativo e da presente proposta que intenciona analisar o peso da participação em conselhos gestores na construção do capital político das deputadas brasileiras, priorizou-se o alcance de deputadas de variados partidos, idades, e regiões brasileiras. A seguir vamos analisar cada um desses indicadores, individualmente:

3.3 Perfil das deputadas por filiação partidária e espectro político

Foi nos partidos de centro e de esquerda que as deputadas analisadas concentraram suas atuações, como pode ser visto na tabela 01, o partido com mais representantes foi o PT, com 03 entrevistadas, em seguida apareceu o PSB com 02 e por último o PR, o PSDB, PEN e o PMDB com 01 deputada cada um. O baixo número de deputadas de direita se dá ao fato de que, ao longo das legislaturas, com exceção à legislatura de 1991, sempre contaram com um menor número de mulheres eleitas, bem como apresentam um número reduzido entre aquelas que participaram de conselhos gestores. Pelo que também podemos observar uma maior concentração de mulheres em partidos de centro, em relação as de esquerda, uma vez que essas ocupam um número maior de eleitas ao longo das legislaturas.

Tabela 05. Filiação Partidária das Deputadas Analisadas

Partido	Deputadas
PT	03
PSB	02
PR	01
PSDB	01
PEN	01
PMDB	01

Fonte: Pesquisa Conselhos gestores e empoderamento político feminino: uma análise da trajetória política das parlamentares brasileiras de 1987 a 2016.

É preciso destacar que o fato de uma deputada estar filiada a determinado partido não confirma se ela possui posicionamento ideológico do mesmo espectro político do seu partido, como pode ser observado através da fala da entrevistada DEPUTADA 02:

“(...) depois a gente vai crescendo dentro da política vai percebendo melhor as coisas e acaba escolhendo o partido que tem mais abertura para você e não só pela ideologia, só pela ideologia não adianta muito, tem que ter ação também né” (Deputada Federal 02, 2016).

Tal afirmação corrobora com a conclusão de Araújo (2002), que diz que estabilidade em um partido antigo não necessariamente corresponde a identificação ideológica, mas pode apontar para outros indicadores, como a maior abertura que alguns partidos oferecem para grupos específicos (de mulheres, negros, LGBTs, etc.), bem como as estratégias que esses partidos utilizam para angariar novas filiadas, propostas de candidatura, apoio financeiro, entre outros. Esse fato também pode explicar as mudanças de partidos observadas ao longo das trajetórias dessas deputadas.

Outro aspecto importante levantado durante as entrevistas foi o fato de que as deputadas de esquerda tendem a frisar seu posicionamento com maior preocupação, enquanto as de outras correntes ideológicas tendem a reduzir a importância desse aspecto, conforme podemos ver:

“ah, então, essas coisas de esquerda e direita... não é bem assim, sabe. Meu partido é de centro, mas o que manda é o que você faz pelo país, o que você vai realmente fazer, entende” (Deputada Federal 01, 2016).

Enquanto as deputadas de corrente ideológica de esquerda responderam a mesma pergunta:

“sou de esquerda, o (partido) é originalmente de esquerda, mesmo que falem o contrário por aí... vejo na luta da esquerda um apoio naquilo que eu acredito, naquilo que eu busco” (Deputada Federal 03, 2016).

Conforme mostra a tabela abaixo, a maior parte das deputadas entrevistadas se identificaram como sendo de esquerda; mesmo que ocasionalmente pertencentes a partidos considerados de “centro-esquerda”, como é o caso do PT, as deputadas situaram seu posicionamento político como de esquerda. O baixo número de deputadas de direita se dá pelo fato de que realmente há um menor número dessas

deputadas com participação em Conselhos Gestores. Esse evento corrobora com as pesquisas (Araújo, 2002; Avelar, 2002; Pinheiro, 2006) que relacionam de maneira mais enfática as mulheres eleitas de direita ao capital político familiar e as de esquerda ao capital político advindo de movimentos sociais. Ao analisar o desenvolvimento dos Conselhos Gestores no Brasil, percebemos que esses contaram com a mobilização de vários movimentos sociais que reclamavam pela maior participação nas decisões políticas, pelo que podemos afirmar que os Conselhos Gestores foram frutos dessa parcela reclamante de direitos políticos, nesse sentido, compreende-se o fato de que existam maior participação de mulheres de esquerda nesse setor. Conforme afirma Araújo (2002):

Entre os partidos situados à direita, continua predominando a eleição de mulheres [...] apoiada, sobretudo, em laços de parentesco. A esquerda elege predominantemente a partir de vínculos com movimentos associativos. Esta distribuição, por sua vez, corresponde, grosso modo, à distribuição de forças dos partidos (ARAUJO, 2002, p....)

Tabela 06. Espectro Político/Posicionamento Político Ideológico das Deputadas Analisadas

Espectro político	Deputadas
Esquerda	05
Direita	01
Centro	03

Fonte: Pesquisa Conselhos gestores e empoderamento político feminino: uma análise da trajetória política das parlamentares brasileiras de 1987 à 2016.

3.4 Perfil das Deputadas por Regionalidade

O próximo indicador a ser analisado é a distribuição das deputadas de acordo com sua região. Araújo (2001) demonstra que as deputadas de centro e esquerda estão mais frequentemente concentradas nas regiões Norte e Centro-Oeste, possuindo capital político familiar, já as deputadas de esquerda concentram-se, em sua maioria, no Sul e no Sudeste e possui capital político advindos de movimentos sociais. Esse dado se repetiu parcialmente na presente pesquisa, onde vemos a maioria das deputadas concentradas na região Norte e Centro-Oeste com 3 deputadas cada um, totalizando 66.6% das deputadas e a minoria das entrevistadas nas outras regiões, 01 no Nordeste e 02 no Sudeste (22%). O dado repetiu-se parcialmente uma vez que a origem do capital político não restou corroborada pela amostra dessa pesquisa.

Tabela 07. Deputadas analisadas e representação por região

Região	Deputadas
---------------	------------------

Norte	03
Sul	00
Centro-Oeste	03
Nordeste	01
Sudeste	02

Fonte: Pesquisa Conselhos gestores e empoderamento político feminino: uma análise da trajetória política das parlamentares brasileiras de 1987 à 2016.

A ausência de mulheres do Sul, entrevistadas nessa amostra, pode ser justificada pela baixa presença de deputadas do Sul eleitas no período analisado, as deputadas do Sul conquistaram menos de 6% das cadeiras ao longo da história do legislativo no pós-constituente (1988 – 2015), esse evento merece destaque uma vez que contrasta com outros dados sobre a população brasileira, como por exemplo, a região Sul ser compreendida enquanto uma das regiões mais desenvolvidas do país, com maiores índices de escolaridade, industrialização e tecnologia, o que poderia sugerir uma maior abertura para candidaturas femininas, no entanto, o que se observa é justamente o movimento contrário: essa região tende a ser mais conservadora no momento de eleger representantes, inclinando-se para candidatos e partidos tradicionais e com pouco incentivo à candidaturas femininas.

3.5 Deputadas Analisadas e Legislaturas em que foram eleitas

Com relação as legislaturas das deputadas entrevistadas, a maioria delas participou da última e da penúltima legislatura (54° e 55°), sendo que a minoria foi eleita na 50° Legislatura. Esse dado pode ser justificado pela facilidade de contatar as deputadas que ainda estão em atividade política, sendo que aquelas que não mais participam de atividades políticas encontram-se afastadas dos caminhos públicos de comunicação. De todo o modo, é importante registrar que todas as legislaturas foram representadas no trabalho de campo, conforme mostra a Tabela 08.

Tabela 08 – Deputadas e Legislaturas

Legislaturas	Deputadas
48° Legislatura (1987-1991)	02
49° Legislatura (1991-1995)	02
50° Legislatura (1995-1999)	01
51° Legislatura (1999-2003)	02
52° Legislatura (2003-2007)	03
53° Legislatura (2007-2011)	05
54° Legislatura (2011-2015)	06

Fonte: Pesquisa Conselhos gestores e empoderamento político feminino: uma análise da trajetória política das parlamentares brasileiras de 1987 à 2016. *Nota: O conjunto dos números não resulta no número exato das deputadas entrevistadas, pois foi considerado o número de mandatos na Câmara e não o número de deputadas.

No entanto, como a maior parte delas se elegeu em mais de uma legislatura, a presente amostra conta com representantes de todas as legislaturas do período estudado.

Mayhew (1974), considera que a maior parte das parlamentares desenvolverá seu trabalho tendo como principal objetivo a reeleição, e que a reeleição pode ser compreendida enquanto um indicador do êxito político da parlamentar, uma vez que ao ser reeleita, a parlamentar estará também atestando sua popularidade, nível de confiança e projeção social. Tal conceito pode ser observado na fala da deputada, que ao responder porque entrou na carreira política, relacionou o fato de ser reeleita por mais de uma vez com a confiança popular:

“(...) as pessoas confiavam em mim e ainda confiam, tanto que estou aí por várias vezes (falando de suas reeleições)” (Deputada Federal 02, 2016)

Com relação a reeleição das deputadas dessa análise, foi observado que 88% das deputadas entrevistadas foram reeleitas ao menos uma vez e que apenas uma única deputada nunca havia se reelegido, conforme mostra a tabela abaixo:

Tabela 09 – Deputadas e Reeleição

Números de vezes que foi eleita	Deputadas
Apenas uma vez	01
Duas vezes	03
Três vezes	01
Quatro vezes	03
Cinco vezes	01

Fonte: Pesquisa Conselhos gestores e empoderamento político feminino: uma análise da trajetória política das parlamentares brasileiras de 1987 à 2016

Embora esse dado não seja suficiente para indicar sozinho o êxito político ou não da parlamentar, é um importante indicador que pode auxiliar na caracterização do modo como as mulheres entram e se

mantém na política brasileira. Foi observado que as deputadas ao falarem sobre em quais legislaturas foram eleitas, demonstram certo “orgulho” por ter participado de mais de uma legislatura, como podemos observar na afirmação abaixo, após a deputada ser perguntada sobre quais legislaturas participou:

“pode marcar quase todas aí (risos), porque eu sempre me esforcei muito para me manter atuante... nas que eu não participei enquanto eleita, eu estava nos bastidores sabe... eu sempre estive lá, de um jeito ou de outro. E quando eu não estava, é porque estava me preparando para estar.... na política é assim, né, você precisa estar presente se quer fazer algo de bom (...)” (Deputada Federal 01, 2016)

Essa frase aponta para como a deputada compreende sua participação, ao afirmar que sempre se esforçou muito para ser atuante, relaciona suas reeleições ao seu esforço e a possibilidade de fazer “algo bom” é condicionada a necessidade de estar presente na política, isso é, de ser eleita.

Ou seja, a maior parte das deputadas analisadas se reelegeu ao menos uma vez, considera esse movimento um fator relevante e relaciona o fato de ter sido reeleita ao seu êxito político, participação ativa e popularidade.

3.6 Trajetória Política das Deputadas analisadas anterior à eleição

Sobre a trajetória pública das entrevistadas antes de serem eleitas deputadas, observamos que a ocupação de cargos públicos possui relevância. Isso porque se configuram enquanto um espaço que pode ter oportunizado às deputadas a aquisição de *habitus* políticos fundamentais para a atuação no legislativo, além de maior publicidade da figura da deputada, proporcionando-lhe maior visibilidade.

Das deputadas analisadas, a maioria (três) ocuparam cargos dentro da gestão municipal como Secretária de Assistência Social, de Educação e da Saúde, duas ocuparam o cargo de vereadora de seus municípios de origem, duas eram presidentes de sindicatos, um foi presidente de partido e uma considerou sua atuação enquanto primeira-dama como relevante para aquisição de seu capital político. Conforme demonstra as respostas a pergunta aberta abaixo:

Tabela 10 - Antes da sua eleição, a senhora ocupou algum cargo público que considera relevante?

Tipo de participação	Deputadas
Secretarias Municipais	03
Vereadora	02
Presidência de Sindicatos	02
Presidência de Partidos	01

Fonte: Pesquisa Conselhos gestores e empoderamento político feminino: uma análise da trajetória política das parlamentares brasileiras de 1987 à 2016

Esse dado corrobora com a ideia de que estar inserida nas mais variadas formas de gestão pública pode auxiliar que a mulher desenvolva suas habilidades cívicas, conforme assinalado por Verba, a oratória, a ampliação do vocabulário e a capacidade organizatória. No entanto, observa-se que os locais de atuação citados pelas deputadas denotam que houve um envolvimento político anterior a esses. Isso é: para que venha a ocupar o cargo de Secretária Municipal é lógico que a deputada já estava iniciada no campo de atuação político, já possuía experiência e interesses políticos despertados previamente, provavelmente em um local de atuação anterior a esse. Esse processo nos traz pistas sobre como essas mulheres traçaram seus passos no caminho da política.

Ainda sobre a trajetória política das entrevistadas, antes de serem eleitas, ao serem questionadas sobre quais dificuldades enfrentaram durante sua inserção na carreira política, o machismo foi citado na maioria das respostas (7 vezes), conforme afirmou a Deputada 2:

“para nós mulheres o mais difícil é claro que é o machismo, a política é um lugar que não tá acostumado com nós, com a nossa presença, a gente insiste mas sempre olham torto, acham defeito. Você não tem o direito de errar por ser mulher. Você pode dizer a mesma coisa errada que um homem, o erro do homem vai ser desconsiderado, o seu vai ser enfatizado, entende? Isso é difícil. Quando eu cheguei aqui (referindo-se a câmara dos deputados), não tinha nem banheiro feminino próximo, por aí você já vai entender...” (Deputada Federal 02, 2016)

Em seguida foi citado a Falta de espaço de fala como uma das maiores dificuldades, sendo citado em 7 das respostas 9 respostas, seguidos por Falta de Recursos Financeiros (02 vezes), Falta de Apoio Partidário (01 vez) e Falta de Tempo (01 vez). A falta de espaço de fala foi um quesito repetido diversas vezes, não apenas sobre essa pergunta. A Deputada 01 ao falar sobre sua atuação enquanto deputada descreveu:

“a gente tem muito o que falar, o complicado é conseguir falar... Não é porque você é deputada que vão te ouvir... a coisa não é bem assim.... você tem que lutar inclusive para conseguir falar, depois para ser ouvida, depois para ser reconhecida... isso é bem

difícil no Brasil, a voz da mulher na política muitas vezes é deixada de lado, diminuída, ai você tem que ir atrás, insistir... falar mais alto (risos)”. (Deputada Federal 01, 2016)

Já as respostas falta de recurso financeiro e de apoio partidário, citados 02 vezes e 01 vez respectivamente, estão relacionados com as ações que ainda são embrionárias de apoio à candidaturas femininas pelos partidos brasileiros, mesmo com a chamada “cotas” para candidaturas femininas o que observamos é que os partidos tendem apenas a cumprir numericamente essas cotas, não investindo realmente na candidatura das mesmas, pelo que destinam poucos recursos financeiros e de treinamento para as candidatas mulheres. Como pode ser visto na tabela abaixo:

Tabela 11 - Pensando sobre sua primeira inserção na política, o que poderia citar como sendo a maior dificuldade que você enfrentou?

Dificuldade	Deputadas
Machismo	07
Falta de Espaço de Fala	07
Falta de Recursos Financeiros	02
Falta de Apoio Partidário	01
Falta de Tempo	01

Fonte: Pesquisa Conselhos gestores e empoderamento político feminino: uma análise da trajetória política das parlamentares brasileiras de 1987 à 2016

A última resposta “falta de tempo”, embora citada apenas uma única vez, representa amplamente um grande óbice as candidaturas femininas no país, a Deputada 2 explica:

“uma coisa que é difícil para a gente é o tempo, né. Você tem que dar conta de tudo, tem filho, tem casa... tem a vida particular... ai você precisa ter tempo para seu filho, para problemas da escola, levar no médico, cozinhar no domingo... isso foi difícil porque quando seu filho quer a mãe, ele quer a mãe, entende? Não tem como você enviar alguém, não é substituível. E as pessoas te cobram isso, entende? te veem em campanha e logo falam “largou o filho com babá” (...)” (Deputada Federal 02, 2016)

E continua:

“vejo que essa é a grande diferença, quando meu marido esteve em campanha eu dou conta de tudo em casa, dava né... das crianças, dos meus sogros... ele não precisava ter essa preocupação. Agora quando a campanha é minha, veja você... o telefone toca,

“você atende é seu marido dizendo que você precisa chegar logo em casa pois o seu filho quer você. Não é um “fica tranquila”, “está tudo certo”... ou um “como está a reunião?” (risos). Isso que muda para nós mulheres, pois embora o homem ajude em casa, que seu marido ajude, ele não se responsabiliza totalmente, fica sendo um favor que ele tá te fazendo, por olhar as crianças, levar no dentista. No seu caso é dever, no caso dele um dever, não, um dever não.. um favor. Eles encaram esse dever como um favor (risos), entende? “ (Deputada Federal 02, 2016)

A distribuição de papéis sociais e gênero esteve o tempo todo presente nas falas das deputadas, o machismo foi apresentado como o maior obstáculo e descrito em diferentes contextos como: o medo de errar e isso ser relacionado ao fato de ser mulher, a luta por um espaço de fala, a ausência de estrutura física para receber mulheres (como o caso da ausência de banheiro feminino), a não divisão dos trabalhos domésticos, se sentir a única responsável pela família e filhos, o sentimento de culpa por deixar a família e filhos sob cuidados de terceiros (babá), o fato do apoio de seus companheiros não avançar enquanto algo formal (é visto como um favor), entre outros aspectos que denotam os percalços de uma sociedade fundamentada sobre grilhões patriarcais e leva a conclusão: se para uma mulher entrar na política institucional ela precisa vencer tais obstáculos, para se manter na política ela precisa continuar vencendo-os.

3.7. Proximidade familiar das deputadas com outras pessoas do meio político

Em relação a proximidade familiar das deputadas eleitas com outras pessoas já do meio político, foi-lhes perguntado em uma questão aberta “Algum familiar seu exerce/exerceu algum cargo público ou partidário nos últimos 20 anos? ” Pelo o que 03 afirmaram que seu cônjuge já foi ou é político, uma deputada mencionou um tio que a teria auxiliado na carreira política e 06 deputadas afirmaram que não possuem qualquer parentesco com outros políticos. Isto é, a maior parte das deputadas entrevistadas não possuem vínculo familiar com outros políticos. Esse dado se mostrou bastante relevante, uma vez que vai na contramão das principais pesquisas da área que indicam que o capital político familiar é a porta de entrada mais frequente para as mulheres (e também para os homens) brasileiras (Tabak, 1989), e coaduna com a ideia de que, após o período de redemocratização da política brasileira, o capital político advindo de movimentos sociais e da participação formal na política passou a se caracterizar também como um importante modo pelo qual as mulheres também podem entrar na política. É muito importante essa transição do ponto de vista do movimento da política brasileira, uma vez que, segundo Pinheiro (2006) resulta também em mulheres mais preparadas, com maior bagagem política, com maior autonomia em suas carreiras e maior aproximação com os temas que defendem.

Tabela 12 - Algum familiar seu exerce/exerceu algum cargo público ou partidário nos últimos 20 anos?

Familiar	Deputadas
Marido	03
Tios/Tias	01
Ninguém	06

Fonte: Pesquisa Conselhos gestores e empoderamento político feminino: uma análise da trajetória política das parlamentares brasileiras de 1987 à 2016

Esse movimento se comprova através das respostas das deputadas à pergunta fechada: “De quais outros grupos (além do partido) você recebeu apoio?”. Uma vez que a resposta “Movimentos Sociais” foi assinalada 7 vezes, isso é, a maioria das entrevistadas indicam que receberam apoio de movimentos e grupos sociais. As outras duas respostas foram “Associações Comunitárias” e “Sindicatos”, esferas que também indicam que o capital político dessas mulheres foi construído com base na participação direta das mesmas na política, conforme demonstra a tabela abaixo:

Tabela 13 - De quais outros grupos (além do partido) você recebeu apoio?

Grupo de Apoio	Deputadas
Movimentos Sociais	07
Associações Comunitárias	01
Sindicatos	01

Fonte: Pesquisa Conselhos gestores e empoderamento político feminino: uma análise da trajetória política das parlamentares brasileiras de 1987 à 2016

Aqui, avançamos na compreensão de que os movimentos sociais exerceram um papel relevante no início da trajetória das deputadas analisadas, como afirma a Deputada 03:

“No começo na década de 70 eu estava junto com movimento estudantil, a gente militava juntos sabe, queríamos ajudar o brasil, muitas coisas erradas estavam acontecendo naquela época, não tínhamos direitos, estava horrível mesmo, não tinha como não se envolver.

Minha principal motivação eu encontrei no movimento estudantil, naquela época todos eram muito políticos, tipo defendíamos pautas sérias e de verdade, sabe? Só não

tínhamos um nome (risos)... mas tinha organização... todos se envolviam de corpo e alma, não era tipo que nem hoje não... naquela época a gente se unia sabe, estudava política, lia, saía pras ruas...” (Deputada Federal 03, 2016)

Como demonstrado na fala acima, a deputada classifica sua participação no movimento social como o primeiro contato que teve com a política, colocando esse envolvimento como sua primeira motivação. Cita palavras como “organização”, “estudar” e “ler” como frutos desse envolvimento. No entanto sua fala também denota algo importante: ao afirmar “só não tínhamos nome” a deputada refere-se ao caráter informal do movimento que participava, no sentido de não se tratar de um movimento formalmente instituído, embora organizado e atuante dentro do contexto estudantil de sua época. Esse dado é relevante pois nos mostra que, não raro, a mulher inicia no campo político por meios que ela mesma pode não considerar enquanto algo formalizado, como nesse caso, algo “sem nome”, nesse sentido podemos compreender que os Conselhos Gestores trazem uma nova possibilidade de participação que, do mesmo modo que nos movimentos sociais, podem promover o aprimoramento das habilidades cívicas, mas de modo formalizado e institucionalizado.

3.8 Participação em Conselhos Gestores

No que se refere a participação das entrevistadas em conselhos gestores, 7 delas já participaram ao menos uma vez de conselhos de Assistência Social, 3 participaram de conselhos da Mulher e do Meio ambiente, 2 de conselhos da Saúde e da Pessoa com Deficiência e 1 de conselhos da População Negra, da Educação e de Direitos Humanos, cada um.

Tabela 14 - Qual a temática do Conselho Gestor que você participou?

Temática	Deputadas
Assistência Social	07
Mulher	03
Saúde	02
Meio Ambiente	03
Pessoa Com Deficiência	02
População Negra	01
Educação	01
Direitos Humanos	01

Fonte: Pesquisa Conselhos gestores e empoderamento político feminino: uma análise da trajetória política das parlamentares brasileiras de 1987 à 2016

Dessas, a maior parte, 8, consideram que mantiveram, durante sua atuação política como deputada, a mesma temática na qual atuou nos conselhos gestores e apenas uma considerou que trabalha com menor frequência com a temática do conselho. Esse dado é muito relevante, pois demonstra que a maioria das deputadas entrevistadas ainda trabalha com a mesma temática que se aproximaram durante a participação nos conselhos gestores, o que pode sugerir que o conselho gestor atuou enquanto um importante momento de desenvolvimento do direcionamento político de cada uma delas.

Tabela 15 - Atualmente, você ainda trabalha com essa temática? Não precisa a coluna das porcentagens

	Deputadas	
	Nº Absoluto	(%)
Sim, sempre	08	89%%
Sim, às vezes	01	11%
Não	00	00%

Fonte: Pesquisa Conselhos gestores e empoderamento político feminino: uma análise da trajetória política das parlamentares brasileiras de 1987 à 2016

Como relaciona a Deputada 03:

“Em 2008, logo depois que tinha deixado o conselho eu fui ser secretária da secretaria de inclusão da pessoa com deficiência, ai foi muito bom ter ficado tanto tempo no CMPD, porque, assim, eu tinha 4 anos de vivência com as pautas, tinha contato com o meio, conhecia as instituições do município... conhecia mesmo, de ter ido lá visitar, de ver os representantes nas reuniões, não era tipo um conhecimento só de faixada, sabe... eu conhecia as pessoas pelos nomes.. sabia muito bem como tava a questão dos portadores de deficiência, a realidade” (Deputada Federal 03, 2016)

Aqui pudemos perceber diretamente esse canal que o conselho gestor pode promover, ele pode atuar enquanto um importante conjunto ferramental que irá aprimorar as habilidades políticas da participante. A deputada acima afirma que logo após sua saída do conselho municipal da pessoa com deficiência ela foi nomeada secretária da pasta com o mesmo tema, afirma também que a vivência no CMPD lhe agregou conhecimento empírico sobre a pasta, como conhecer as instituições, conhecer

pessoas atuantes na área, as pautas e a situação do município sobre o tema. Esse dado se mostrou muito relevante pois confirma a possibilidade de os Conselhos Gestores atuarem como um importante espaço de desenvolvimento das habilidades cívicas.

Essa relação se mostra ainda mais consistente quando relacionamos o ano de participação no conselho com o ano da eleição da deputada, uma vez que o espaço de tempo compreendido entre esses dois eventos mostrou-se bastante reduzido, ficando na maior parte das vezes entre 1 e 3 anos, tempo esse correspondente também à média de preparação para uma campanha eleitoral de deputada.

Tabela 16 – Ano da participação no conselho x Ano da eleição como Deputada Federal Deputadas

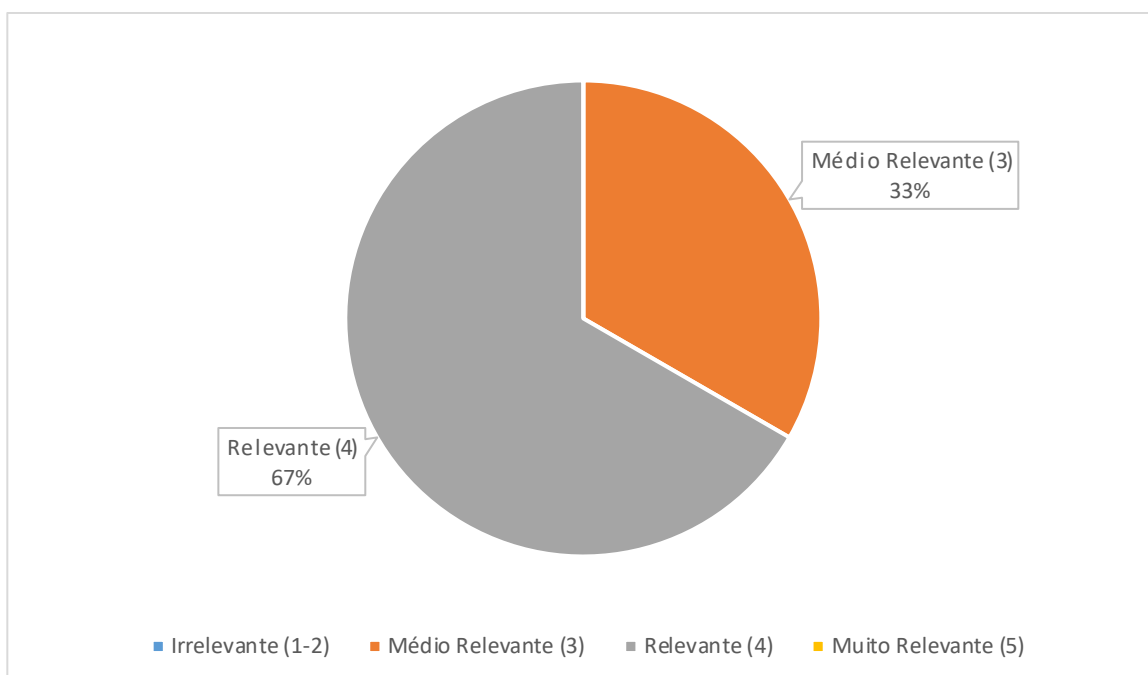
	Ano da primeira participação no conselho	Ano da primeira eleição	Espaço de tempo entre os dois eventos
DEPUTADA 01	2002	2003	1 ano
DEPUTADA 02	1997	2003	6 anos
DEPUTADA 03	2000	2007	7 anos
DEPUTADA 04	1985	1987	2 anos
DEPUTADA 05	1992	1995	3 anos
DEPUTADA 06	1994	1995	1 ano
DEPUTADA 07	1985	1987	2 anos
DEPUTADA 08	2005	2011	6 anos
DEPUTADA 09	1998	2003	5 anos

Fonte: Pesquisa Conselhos gestores e empoderamento político feminino: uma análise da trajetória política das parlamentares brasileiras de 1987 à 2016

3.9 Caracterização da participação em Conselhos Gestores

Com a intenção de avaliar como cada deputada compreende a importância de sua participação nos conselhos gestores, foi-lhes apresentado questões que deveriam ser respondidas utilizando uma escala, onde 01 correspondia a “nenhum pouco relevante” e 5 a “muito relevante”. Para a questão “Como você definiria a importância da rede de contatos que você desenvolveu no período em que foi conselheira?”, a maioria assinalou o número 3, correspondente a “relevante” e duas assinalaram o número 5, correspondente a “muito relevante”. Esse indicador demonstra que a maioria considera como relevante a rede de contatos construída durante sua atuação no conselho gestor:

Gráfico 6 - Como você definiria a importância da rede de contatos que você desenvolveu no período em que foi conselheira?

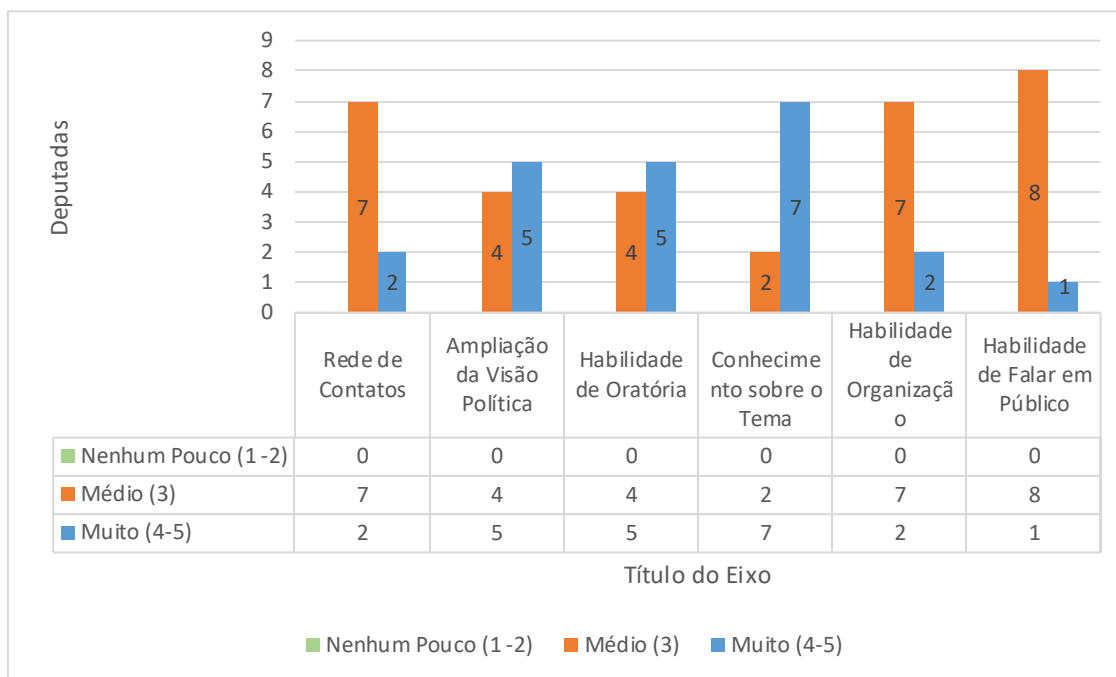


Fonte: Pesquisa Conselhos gestores e empoderamento político feminino: uma análise da trajetória política das parlamentares brasileiras de 1987 à 2016

Outro quesito que merece atenção é o da ampliação do “Conhecimento sobre o Tema” trabalhado no conselho, uma vez que 7 deputadas assinalaram que a participação no conselho ampliou de forma “muito relevante” seus conhecimentos sobre o mesmo. Esse dado se torna ainda mais relevante quando o contrastamos com o fato de que 89% das entrevistadas se mantiveram na mesma temática após sua eleição como deputada (que aconteceu em média 5 anos após a participação no conselho), o que indica que os conselhos gestores podem ter sido uma espécie de “berço” para a construção desses vínculos temáticos, possibilitando que a deputada se aprofundasse nos mesmos.

Com igual destaque, estão os quesitos “Habilidade de Falar em Público” e “Habilidade de Organização” onde 8 e 7 deputadas indicaram ter sido a participação nos conselhos gestores relevante para o desenvolvimento dessas habilidades cívicas.

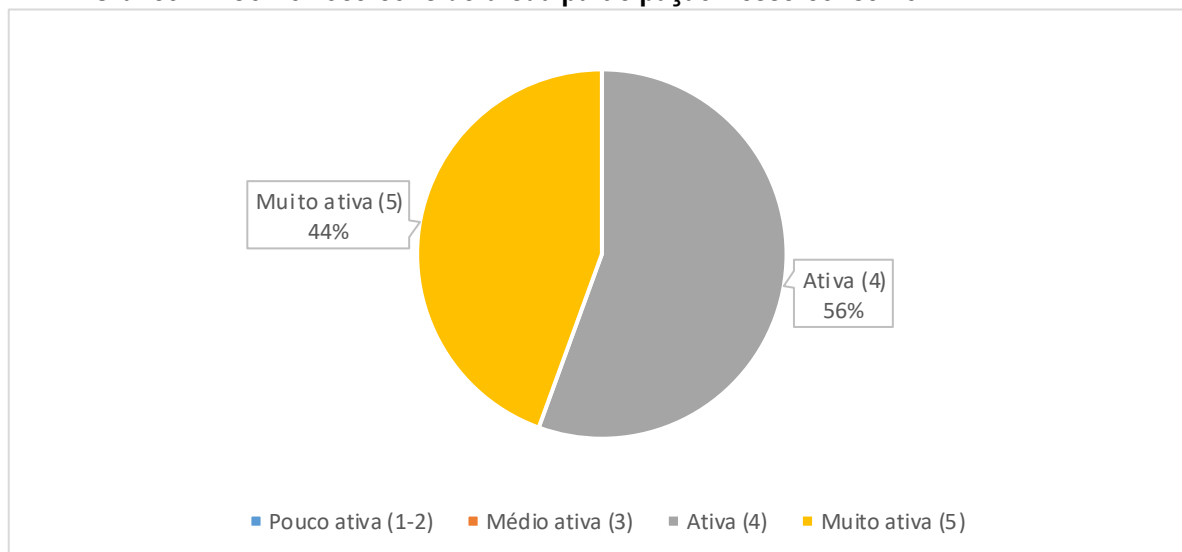
Gráfico 7 - Você considera que sua participação nesse conselho ampliou as características descritas abaixo? (Assinale na escala abaixo onde 1 nenhum pouco e 5 é muito)



Fonte: Pesquisa Conselhos gestores e empoderamento político feminino: uma análise da trajetória política das parlamentares brasileiras de 1987 à 2016

Na sequência, as deputadas responderam sobre como consideram que foi sua participação nesses conselhos, podendo classificá-la em “pouco ativa, ativa, muito ativa”, nesse aspecto 5 deputadas consideram sua participação como “ativa” e 4 deputadas consideram sua participação como “muito ativa”.

Gráfico 7 - Como você considera sua participação nesse conselho?



Fonte: Pesquisa Conselhos gestores e empoderamento político feminino: uma análise da trajetória política das parlamentares brasileiras de 1987 à 2016

Tais quesitos, embora não conclusivos, demonstram que a percepção que a própria deputada possui sobre o período em que foi membro de um Conselho Gestor é positiva e na maior parte das vezes encarada como relevante para sua carreira política, corroborando com a hipótese de que esse espaço pode ser compreendido enquanto um importante locus no qual as mulheres podem desenvolver suas habilidades cívicas, ampliar seu capital político e se constituir como uma porta de entrada das mulheres para a política formal.

Considerações Finais

Ao longo dessa pesquisa, procuramos entender o perfil e a trajetória política das deputadas brasileiras que participaram em algum momento de conselhos gestores. A necessidade dessa investigação surgiu após contato com pesquisas da área (ALMEIDA; RIBEIRO; LUCHMANN, 2012) que indicaram a forte presença das mulheres nesses espaços, demonstrando que, embora não se trate de espaços suficientemente democráticos para incluir todas as parcelas e minorias da sociedade, tem importante relevância no que diz sobre a participação política feminina. A pesquisa TAL concluiu que as mulheres são maioria ativa dos conselhos gestores ligados à temáticas como assistência social, saúde, educação e da mulher.

Em um primeiro momento, foram analisadas todas as trajetórias das deputadas eleitas no período pós-constituente, isto é, de 1987 a 2016. Durante essa etapa procuramos compreender a trajetória das deputadas que participaram de conselhos gestores durante sua trajetória política estabelecendo comparativo com aquelas que não participaram, para isso utilizamos a base de dados disponibilizada no site da Câmara dos Deputados, analisamos a região geográfica da deputada, o número de reeleições, o partido, o espectro político e as temáticas trabalhadas. A partir dessa primeira discussão tornou-se possível constatar relevantes elementos que caracterizam a participação dessas mulheres nos conselhos gestores. Observamos que 198 deputadas foram eleitas nesse período, de 1987 a 2016, dessas, 59, ou seja, 30% do total das mulheres que já foram eleitas deputadas no país participaram em algum momento de sua trajetória política de conselhos gestores; a análise dos dados demonstrou uma tendência de que essas deputadas que participaram de conselhos gestores sejam filiadas à partidos de espectro político de esquerda; mostrou também que 51% das deputadas que participaram de conselhos gestores foram reeleitas ao menos uma vez; em relação as temáticas trabalhadas confirmou-se a relação existente entre gênero e o tema dos conselhos, uma vez que foi observado uma predominância dos temas sociais em detrimento de outras temáticas.

A segunda etapa dessa pesquisa foi dedicada a conhecer a opinião que as deputadas que participaram de conselhos gestores possuem sobre a relevância e o peso que essa participação teve sobre suas próprias trajetórias na política, para isso realizamos entrevista presencial ou online com as mesmas, baseando-se em um questionário que visou mensurar qual a importância que a mesma atribui à sua participação nesses espaços. Ao todo, foram entrevistadas nove deputadas que estão em exercício na atual legislatura, três entrevistas foram realizadas presencialmente e seis entrevistas foram cedidas através de um questionário disponibilizado de modo online.

A análise das entrevistas mostrou que: (i) a maior parte das deputadas entrevistadas se identificaram como sendo de espectro político de esquerda; (ii) que essas (as deputadas de esquerda) demonstraram maior preocupação em caracterizar seu posicionamento político que as deputadas de outros espectros políticos; (iii) que maioria das deputadas analisadas se reelegeu ao menos uma vez e que (iv) elas mesmas consideram esse movimento enquanto um fator relevante e relaciona o fato de ter sido reeleita ao seu êxito político, participação ativa e popularidade; (v) a maioria ocuparam cargos dentro da gestão municipal como Secretaria de Assistência Social, de Educação e da Saúde; (vi) o machismo e a falta de espaço de fala foram citados como a maior dificuldade enfrentada pelas deputadas durante a carreira política; (viii) em relação a proximidade familiar das deputadas eleitas com outras pessoas já do meio político, a maioria das deputadas afirmou que não possuem qualquer parentesco com outros políticos; (ix) 8 das deputadas entrevistadas consideram que mantiveram, durante sua atuação política como deputada, a mesma temática na qual atuou nos conselhos gestores.

Com relação a compreensão que as próprias deputadas têm sobre sua passagem nos conselhos gestores, sobre como os mesmos foram relevantes para a construção de sua rede de contatos, para ampliação da visão política, para aprimoramento da habilidade de oratória, para a ampliação do conhecimento do tema trabalhado no conselho, para a habilidade de organização e habilidade de falar em público, a maior parte das deputadas responderam que os conselhos foram “médio e muito relevantes”, não havendo nenhuma resposta assinalada como “nenhum pouco relevante”. Sobre sua participação dentro dos conselhos, 5 deputadas consideram que sua participação foi “ativa” e 4 deputadas consideram que sua participação foi “muito ativa”.

Assim sendo, através da presente pesquisa, embora com algumas limitações, pudemos vislumbrar a importância que os conselhos gestores exercem na trajetória política de uma deputada, compreendemos que os conselhos gestores podem se apresentar enquanto um importante locus onde a mulher encontrará espaço para desenvolver suas habilidades cívicas, esse espaço pode ser caracterizado como um momento propício ao empoderamento político daquelas que, muitas vezes, não contariam com o arcabouço ferramental necessário para a inserção direta na política. Vimos que os

conselhos gestores oferecem um espaço democrático onde a mulher poderá se despertar para temas de gestão pública e prepara-la para atuação nas outras esferas de poder.

Ainda são inúmeros os hiatos que devem ser preenchidos por estudos nesta área, apesar disso, a presente pesquisa contribuiu no avanço das discussões que pretendem compreender a trajetória das mulheres na política brasileira e, de modo não pouco ambicioso, auxiliar na investigação de espaços que fortaleçam e empoderem a presença feminina que, embora por muito tempo aviltadas, buscam cada vez mais alterar as estruturas sociais que impedem a efetiva participação da mulher na política brasileira.

ANEXOS

Tabela 4. Relação de Deputadas x Temática dos Conselhos

DEPUTADA	Partido Atual	Ano da Participação	Número de Participações	Temática
ALMERINDA CARVALHO	DE PMDB	1997	1	Mulher
ANNA MARIA RATTES	PSDB	1994	1	Mulher
ANDREIA ZITO	PSDB	1999-2001/2005-2006	2	Alimentação
ANGELA AMIN	PP	1987-2000/1999	2	Educação, Administração
BEL MESQUISTA	PMDB	1992	1	Saúde
BENEDITA DA SILVA	PT	1984	2	Saúde
CELIA ROCHA	PTB	1984-1988	2	Mulher, Saúde
CRISTIANE BRASIL	PTB	2010-2014	1	Idoso
CIDINHA CAMPOS	PDT	1983	1	Cultura
CIDA DIOGO	PT	não consta	1	Saúde
ELCIONE BARBALHO	PMDB	1984-1987/1986-1987 e 1991-1994	2	Pessoa com Deficiência, Drogas.
ELIANE ROLIM	PT	2009-2009.	1	Assistência Social.
EMILIA FERNANDES	PT	não consta	2	Mulher, Administração
EURIDES BRITO DA SILVA	PP	1974-1980	1	Educação
ERICA KOKAY	PT	2006/2007	2	Negros, Direitos Humanos
FÁTIMA BEZERRA - PT/RN	PT	2001-2003/ 1995-2003	2	Meio Ambiente, Direitos Humanos
FLÁVIA MORAES	PDT	1994-1995/ 2000-2001/ 2000-2001/ 2007-2010/ 2008-2010/ 2008-2009/ 2008/ 2009/ 2009-2010/ 2010	10	Assistência Social, Criança e Adolescente, Idoso, Trabalho, Direitos Humanos, Pessoa com Deficiência
GORETE PEREIRA	PL/PR	2000-2002	1	Saúde
IARA BERNARDI	PT	1977-1978/ 1988	2	Mulher, Criança e Adolescente
JANETE CAPIBERIBE	PSB	1997-2002	1	Meio Ambiente
JANETE ROCHA PIETÁ	PT	2003-2008/ 2006-2006/ 2005-2006	3	Alimentação, Orçamento
JO MORAES	PCdoB	não consta	3	Mulher, Saúde
KÁTIA ABREU	PFL	1996-2000/ 1997-2000/ 1997-2000/ 1997-2000	4	Ciência e Tecnologia, Saúde,

KELLY MORAES - PTB/RS	PTB	1998/ 1999-2000/ 2000/ 1999-2000	4	Assistência Social
LAURA CARNEIRO	PMDB	1993-1994.	1	Criança e Adolescente
LILIAM SÁ	PSD	2005	1	Criança e Adolescente
LÚCIA VÂNIA	PSDB	1995-1998	1	Assistencia Social
LUCENIRA PIMENTEL	PR	2003/ 2003	2	Criança e Adolescente, Assistência Social
MANINHA	PSOL	1996-1998	1	Saúde
MARIA ELVIRA	PMDB	1985-1987	1	Mulher
MARIA HELENA	PSB	1981-1983	1	Imobiliário
MARIA LÚCIA CARDOSO	PMDB	1997	1	Mulher
MARIÂNGELA DUARTE - PT/SP	PT	1993-1994/ 1993-1994	2	Saúde, Educação,
MARINA MAGGESI	PPS	2009-2010.	1	Segurança
MOEMA GRAMACHO	PT	2013-2013	1	Desenvolvimento
MYRIAM PORTELLA	PSDB	1996	1	Criança e Adolescente
NAIR XAVIER LOBO	PMDB	1993-1994	1	Saúde
NEYDE APARECIDA - PT/GO	PT	1998-2002.	1	Educação
NILMAR RUIZ	PEN	1990-1992/ 1993-1994 e 1995-2000.	3	Criança e Adolescente
PERPÉTUA ALMEIDA - PCdoB/AC	PCdoB	1988-1989	1	Saúde
PROF. DORINHA SEABRA REZENDE	DEM	1997-199/ 2007-2009	2	Educação, Ciência e Tecnologia
PROF. RAQUEL TEIXEIRA	PSDB	1992-1994/ 1998-1999/ 1999-2001/ 1999-2001/ 1999-2001/ 1999-2001.	6	Educação, Mulher, Cidadania, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente
REGINA LINO	PMDB	1993/ 1995-1996/ 1996-1997	3	Habitação, Criança e Adolescente, Assistência Social
ROSANE FERREIRA	PV	2005-2006	1	Sáude
REJANE DIAS	PT	2004-2008	1	Pessoa com Deficiência.
ROSINHA DA ADEFAL	PTdoB	2004-2008/ 2004-2006/ 2009-2010/ 2009-2010	4	Pessoa com Deficiência, Mulher
SELMA SCHONS - PT/PR	PT	1995-1997/ 1995-1999	2	Assistência Social, Mulher
SOCORRO GOMES	PCdoB	1987-1988.	1	Mulher
SUELY CAMPOS - PP/RR	PP	2001-2002.	1	Mulher
TEREZA CRISTINA	PSB	2003-2006/ 2007-2014	2	Industria, Desenvolvimento
TÂNIA SOARES	PCdoB	1985-1987/ 1998-1999	2	Mulher, Educação

TERESA SURITA	PMDB	2009-2010	1	Cidades
TEREZINHA FERNANDES PT/MA	PT	2001-200	1	Assistência Social
THAÍS BARBOSA - PMDB/MT	PMDB	1987-1990.	1	Saúde
THELMA OLIVEIRA PSDB/MT	DE PSDB	1995-1997/ 1996-1998/ 1998	3	Criança e Adolescente, Assistência Social, Trabalho
WILMA MAIA	PDT	1983-1985	1	Criança e Adolescente
VANESSA GRAZZIOTIN	PCdoB	1994-1996.	1	Desenvolvimento
ZELINDA NOVAES - PFL/BA	PFL	1982-1984	1	Direitos Humanos
ZULAIÊ COBRA - PSDB/SP	PSDB	1983-1985/ 1987-1988	2	Mulher, Consumidor

Tabela 5. Relação de Deputadas reeleitas com Participação em conselhos

DEPUTADA		1987	1991	1995	1999	2003	2007	2011	2014	Total de Legislatura s
		- 1991	- 1995	- 1999	- 2003	- 2007	- 2011	- 2015	- 2019	
ALMERINDA CARVALHO	DE	0	0	0	1	1	0	0	0	2
ANNA MARIA RATTES	MARIA	1	0	0	0	0	0	0	0	1
ANDREIA ZITO		0	0	0	0	0	1	1	0	2
ANGELA AMIN		0	1	0	0	0	1	0	0	2
BEL MESQUISTA		0	0	0	0	0	1	0	0	1
BENEDITA DA SILVA		1	1	0	0	0	0	1	1	4
CELIA ROCHA		0	0	0	0	0	0	1	0	1
CRISTIANE BRASIL		0	0	0	0	0	0	0	1	1
CIDINHA CAMPOS		0	1	1	0	0	0	0	0	2
CIDA DIOGO		0	0	0	0	0	1	0	0	1
ELCIONE BARBALHO		0	0	1	1	0	1	1	1	4
ELIANE ROLIM		0	0	0	0	0	0	1	0	1
EMILIA FERNANDES		0	0	0	0	0	1	0	0	1
EURIDES BRITO DA SILVA		1	1	0	0	0	0	0	0	2
ERICA KOKAY		0	0	0	0	0	0	1	1	2
FÁTIMA BEZERRA - PT/RN		0	0	0	0	1	1	1	0	3
FLÁVIA MORAES		0	0	0	0	0	0	1	1	2

GORETE PEREIRA	0	0	0	0	1	1	1	1	4
IARA BERNARDI	0	0	0	1	1	1	1	0	4
JANETE CAPIBERIBE	0	0	0	0	1	1	1	1	4
JANETE ROCHA PIETÁ	0	0	0	0	0	1	1	0	2
JO MORAES	0	0	0	0	0	1	1	1	3
KÁTIA ABREU	0	0	0	1	1	0	0	0	2
KELLY MORAES - PTB/RS	0	0	0	0	1	0	0	0	1
LAURA CARNEIRO	0	0	1	1	1	0	0	1	4
LILIAM SÁ	0	0	0	0	0	0	1	0	1
LÚCIA VÂNIA	1	1	0	1	0	0	0	0	3
LUCENIRA PIMENTEL	0	0	0	0	0	1	0	0	1
MANINHA	0	0	0	0	1	0	0	0	1
MARIA ELVIRA	0	0	1	1	0	0	0	0	2
MARIA HELENA	0	0	0	0	1	1	0	1	3
MARIA LÚCIA CARDOSO	0	0	0	1	1	1	0	0	3
MARIÂNGELA DUARTE - PT/SP	0	0	0	0	1	0	0	0	1
MARINA MAGGESI	0	0	0	0	0	1	0	0	1
MOEMA GRAMACHO	0	0	0	0	0	0	0	1	1
MYRIAM PORTELLA	1	0	0	0	0	0	0	0	1
MIRIAM REID	0	0	0	1	1	0	0	0	2
NAIR XAVIER LOBO	0	0	1	1	0	0	0	0	2
NEYDE APARECIDA - PT/GO	0	0	0	0	1	0	0	0	1
NILMAR RUIZ	0	0	0	1	0	1	1	0	3
PERPÉTUA ALMEIDA - PCdoB/AC	0	0	0	0	1	1	1	0	3
PROF. DORINHA SEABRA REZENDE	0	0	0	0	0	0	1	1	2
PROF. RAQUEL TEIXEIRA	0	0	0	0	1	1	0	0	2
REGINA LINO	0	0	1	0	0	0	0	0	1
ROSANE FERREIRA	0	0	0	0	0	0	1	0	1
REJANE DIAS	0	0	0	0	0	0	0	1	1
ROSINHA DA ADEFAL	0	0	0	0	0	0	1	0	1
SANDRA ROSADO - PSB/RN	0	0	0	0	1	1	1	0	3
SELMA SCHONS - PT/PR	0	0	0	0	1	0	0	0	1
SOCORRO GOMES	0	1	1	1	1	0	0	0	4
SUELY CAMPOS - PP/RR	0	0	0	0	1	0	0	0	1
TEREZA CRISTINA	0	0	0	0	0	0	0	1	1

TÂNIA SOARES	0	0	0	1	0	0	0	0	1
TERESA SURITA	0	1	0	0	0	0	1	0	2
TEREZINHA FERNANDES - PT/MA	0	0	0	0	1	0	0	0	1
THAÍS BARBOSA - PMDB/MT	0	0	0	0	1	0	0	0	1
THELMA DE OLIVEIRA - PSDB/MT	0	0	0	0	1	1	0	0	2
WILMA MAIA	1	0	0	0	0	0	0	0	1
VANESSA GRAZZIOTIN	0	0	0	1	1	1	0	0	3
ZELINDA NOVAES - PFL/BA	0	0	0	0	1	0	0	0	1
ZULAIÊ COBRA - PSDB/SP	0	0	1	1	1	0	0	0	3

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM AS PARLAMENTARES

EXPLICAÇÕES INICIAIS: Essa pesquisa pretende melhor conhecer a trajetória das mulheres parlamentares eleitas no período de 1997 a 2016. O questionário é formado por três blocos de questões: primeiro, informações sobre a carreira política; segundo, dados relativos sobre capital político e terceiro, questões sobre a atuação em Instituições Participativas.

DADOS INICIAIS

NOME COMPLETO DA ENTREVISTADA:

CODINOME POLÍTICO DO ENTREVISTADA:

DATA DE NASCIMENTO: _____ LOCAL: _____

DATA: _____

ENTREVISTADORA: _____

HORA DO INÍCIO DA ENTREVISTA: _____

HORA DO TÉRMINO DA ENTREVISTA: _____

COR: () BRANCA () PRETA () PARDA () AMARELA () INDÍGENA

ESCOLARIDADE/PROFISSÃO: _____

LOCAL DE NASCIMENTO: _____

ESTADO CIVIL: _____ FILHOS: _____ IDADE DOS
FILHOS: _____

RELIGIÃO: _____.

ORIENTAÇÃO SEXUAL

PARTIDO ATUAL: _____

ESTADO: _____.

LEGISLATURAS:

() 48.^a Legislatura (1987-1991)

() 49.^a Legislatura (1991-1995)

() 50.^a Legislatura (1995-1999)

() 51.^a Legislatura (1999-2003)

() 52.^a Legislatura (2003-2007)

() 53.^a Legislatura (2007-2011)

() 54.^a Legislatura (2011-2015)

() 55.^a Legislatura (2015-2019)

PRIMEIRO BLOCO – CARREIRA POLÍTICA

1. Antes da sua eleição, a senhora ocupou algum cargo público que considera relevante? Se sim, qual, onde e por quanto tempo?

2. A senhora se recorda qual foi a sua primeira aproximação com a política e, em poucas palavras, o que a motivou ingressar na carreira política?

3. Quais aspectos de sua trajetória pessoal foram mais importantes para chegar a disputar o cargo atual de Deputada Federal?

4. Você diria que sua motivação principal deveu-se a um projeto pessoal ou a outras circunstâncias?

5. Pensando sobre sua primeira inserção na política, o que poderia citar como sendo a maior dificuldade a ser enfrentada?

6. Quais foram as principais dificuldades que você enfrentou para disputar sua primeira eleição?

7. Você sentiu alguma resistência à sua candidatura? Por parte de quem?

8. Para o seu público e o seu tipo de campanha, qual/quais o(s) recurso(s) foram mais importante(s) para seu êxito político?

9. De quais outros grupos (além do partido) recebeu apoio?

10. Quais os principais propostas que a senhora defendeu em sua campanha?

11. Nessas propostas, quais foram os temas específicos trabalhados?

12. Sobre espectro partido partidário, a senhora se auto definiria como? (Esquerda, Direita, Centro)?

13. A senhora já pertenceu a outros partidos? Se sim, quais em ordem cronológica?

14. A senhora já ocupou algum cargo de direção partidária? Se sim, quando e quais?

SEGUNDO BLOCO – CAPITAL POLÍTICO (EMPOWERMENT)

15. Dentre as instituições que você participava e as atividades que você realizava antes da sua eleição quais você citaria como mais relevantes para seu êxito político? E durante?

16. Gostaria que a senhora indicasse, dentre os grupos de instituições que a senhora participou, quais foram os que a senhora obteve mais apoio para desenvolvimento da sua carreira:

17. Durante sua trajetória política, a senhora ocupou algum cargo nos tipos de organizações listados abaixo?

() Instituições sociais e culturais:

() Instituições Religiosas:

() Entidades patronais:

() Entidades de trabalhadores:

() Movimentos Sociais:

() Instituições Participativas (Conselhos Gestores, Orçamento Participativo, etc):

18. Já ocupou ou participou de direções e/ou cargos em alguma organização não partidária (acadêmica, em ONGs, organizações sindicais, conselhos gestores, profissionais ou movimentos sociais)? Quais e quando (ano)?

19. Você realizou algum curso de formação em gestão pública antes de disputar sua primeira eleição?

20. Quais fatores você citaria como relevantes para o desenvolvimento de suas primeiras habilidades políticas (falar em público, estratégias de negociação, network, defesa, etc)?

21. Algum familiar seu exerce ou exerceu um cargo público ou partidário nos últimos 20 anos?

TERCEIRO BLOCO – INSTITUIÇÕES PARTICIPATIVAS

22. Quais foram os Conselhos Gestores que você já participou? Nome, ano, cargo:

23. Qual foi a forma de inserção no mesmo (eleição, indicação) e qual setor da sociedade ou governo você representava?

24. No ambiente de discussão e deliberação desse Conselho como você considera sua participação? (Ativa/não ativa, espaço de voz, etc)

25. Qual seria sua principal crítica sobre esses espaços?

26. Qual importância você atribui a sua participação no Conselho Gestor?

27. À quais temáticas você mais se dedicou no período da sua participação?

28. Considera que há diferenças de tratamento dos membros que passem por questões como sexo; idade; renda ou poder econômico?

29. Gostaria de acrescentar algo sobre sua participação nesse Conselho?

30. Você mantém vínculo com alguém que você conheceu durante sua atuação nesse Conselho?

31. Você ainda atual com a temática desenvolvida nesse período?

32. Você acredita que sua participação em conselhos gestores promoveu seu empoderamento político?

Referências Bibliográficas

- ADLER, A. **Conocimiento del hombre.**: Madrid: Editorial Espasa-Calpe, 1926
- ALESINA, A.; ROUBINI, N. & COHEN, G. D. **Political Cycles and the Macroeconomy.** Cambridge, 1997
- ALMEIDA, C.C.R; RIBEIRO, E. A ; LUCHMANN, L. H. . **Associativismo e representação política feminina no Brasil.** Revista Brasileira de Ciência Política (Impresso), p. 237-263, 2012.
- ALMEIDA, C.C.R. ; RIBEIRO, E. A ; GIMENES, E.R. . **BANCO DE DADOS - Cultura Política, Gênero e Eleições Presidenciais de 2010 no Brasil** - 2012. 2014.
- ALLAN, J. P. & SCRUGGS, L. **Political Partisanship and Welfare State Reform in Advanced Industrial Societies.** American Journal of Political Science, Bloomington, v. 48, n. 3, p. 496-512, July. 2004. Disponível em: <http://www.sp.uconn.edu/scruggs/ajpspaper.pdf>. Acesso em: 22.abr.2015.
- ALTHUSSER, L. P. **Aparelhos Ideológicos de Estado.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- ARAÚJO, C. **Cidadania democrática e inserção política das mulheres.** Brasília: Revista Brasileira de Ciência Política, 2012
- ARAÚJO, C. **Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo** – um estudo comparado entre Brasil e Argentina. Florianópolis: Estudos Feministas, 2010.
- ARENDT, H. **A Condição Humana,** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997
- BARTOLOMÉ, R. CASTOR M. M. **Os labirintos do poder: O poder (do) simbólico e os modos de subjetivação.** Porto Alegre: Escritos Editora, 2004
- BATLIWALA, S. **The meaning of women's empowerment: new concepts from action.** In. G. Sen, A. Germain & L.C.Chen, Population policies reconsidered: health, empowerment and rights, pp. 127-138. Boston: Harvard University Press, 1994.
- BOURDIEU. P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004
- CASTLES, F. G. **The Impact of Parties: Politics and policies in democratic capitalist states.** London: Sage, 1982
- CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991
- CLEMENS, E. **Repertórios organizacionais e mudança institucional: grupos de mulheres e a transformação na política dos Estados Unidos.** Brasília: Revista Brasileira de Ciência Política, 2010.
- FRIEDMANN, J. **Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo.** Celta: Oeiras, 1996
- HORKHEIMER, M. **A presente situação da filosofia social e as tarefas de um instituto de pesquisa social in Praga: Estudos Marxistas 7.** São Paulo: Ed. Hucitec, 1999

HOROCHOVSKI, R. R., MEIRELLES, G. **Problematizando o conceito de empoderamento**. Movimentos Sociais, Participação e Democracia, Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais. Florianópolis: UFSC, 2007

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Objetivos de desenvolvimento do milênio: relatório nacional de acompanhamento**. Brasília: IPEA, 2005

INTER PARLAMENTARY UNION (IPU). **Resolução sobre “Mulher e Poder Político”**, Abril 2008.

JUREMA, S. **Ações e estratégias do CNDM para o "empoderamento" das mulheres**. Florianópolis: Estudos Feministas, maio-ago/2001

KLEBA, T. **O Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais**. Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder: Florianópolis, 2008.

KRAUSE, S; DANTAS, H; MIGUEL, L (orgs.). **Coligações Partidárias na nova democracia brasileira. Perfis e tendências**. Rio de Janeiro: Korand-Adenauer-Stiftung: São Paulo; São Paulo: UNESP, 2010.

LAGARDE, M. **Cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas**. México: UNAM, 1993

LÜCHMANN, L. H. H. **Participação e representação nos conselhos gestores e no orçamento participativo**. São Paulo: Caderno CRH 21: 2008.

MIGUEL, L. F. **Política de interesses, política do desvelo: representação e singularidade feminina**. Revista Estudos Feministas. Florianópolis: UFSC, ano 9, n. 1, p. 253-67, 2. sem. 2001. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9706/8913>. Acesso em: 21 de jun de 2015.

MACPHERSON. C.B. **The Political Theory of Possessive Individualism**. Oxford: University Press, 1982

PINHEIRO, L. S. **Vozes Femininas na Política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pósconstituente**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007

PINTO, C.R.J., MORITZ, M.L, SCHULZ, R.M. **O desempenho das mulheres nas eleições legislativas de 2010 no Rio Grande do Sul**. Brasília: Revista Brasileira de Ciência Política, 2012

RIBEIRO, U. C. **Gênero e Democracia Participativa**. In: Revista do Observatório de Belo Horizonte. v. 2, p. 141-152, 2009

RODRIGUES, L. M. **Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados**. São Paulo: USP, 2002

RUSSEL. B. **O Poder, Uma Nova Realidade Social**. São Paulo: Cia Editora, 1956.

SACCHET, T. **Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas**. Florianópolis: Estudos Feministas, maio-agosto/2012.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Presidência da República, 2008

SPOTZ, E. ARAUJO, J. **Promoção da saúde e cultura política – a reconstrução do consenso**. São Paulo: Saúde e Sociedade, 2004

STROMQUIST, N. **La búsqueda del empoderamiento: en qué puede contribuir el campo de la educación**. Magdalena: Leon, 1997

UNIFEM. **Progresso das Mulheres no Mundo 2008/2009 – Quem responde às mulheres: gênero e responsabilização**. Disponível em: <http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000395.pdf>. Acesso em: 05 de maio de 2013.

VARIKAS, E. **Naturalização da dominação e poder legítimo na teoria política clássica**. Florianópolis: Estudos Feministas, jan-jun/2003

VERBA, S. *Voice and Equality: civic voluntarism in american politics*. Cambridge, Harvard University Press, 1995.

YOUNG, I. M. **Comunicação e o outro: além da democracia deliberativa**. In: SOUZA, Jessé (Org.). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Editora UNB, 2001

YOUNG, I. M. **Planning Development with Women: Making a World of Difference**. London: Macmillan, 1993.